

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Escola de Comunicação – ECO

*Jornalismo da Independência: A influência política da imprensa
nacional no processo de Independência do Brasil*

Renata Campos Lobo

Rio de Janeiro
2005

Jornalismo da Independência: A Influência política da imprensa nacional no processo de Independência do Brasil

Renata Campos Lobo

Monografia apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos pré-requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em jornalismo.

Orientadora: Prof^a. e Dr^a. Ana Paula Goulart

Rio de Janeiro
2005

Jornalismo da Independência: A influência política da imprensa nacional no processo de independência do Brasil

Renata Campos Lobo

Orientadora: Prof^a. e Dr^a. Ana Paula Goulart

Monografia submetida à banca examinadora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau em bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Rio de Janeiro, de Julho de 2005

Banca Examinadora:

Orientadora:

Prof^a.Dr^a. Ana Paula Goulart

Examinadores:

Prof. Dr. Fernando Mansur

Prof. Dr. Maurício Schleder

Rio de Janeiro

2005
RESUMO

LOBO, Renata Campos. *Jornalismo da Independência: A Influência Política da imprensa no processo de Independência do Brasil*. Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart, Rio de Janeiro, 2005. Monografia apresentada à Escola de Comunicação.

A proposta deste trabalho é mostrar como a imprensa nacional, ainda que de forma precária, influenciou e determinou opiniões no período da Independência do Brasil. O projeto *Jornalismo da Independência: A Influência Política da imprensa no processo de Independência do Brasil* foi elaborado a partir do interesse em relacionar história e jornalismo. Os principais objetos de trabalho são os jornais independentes e sua relevância e importância para o contexto em questão. Muitas pesquisas foram realizadas utilizando, principalmente como base, uma das maiores pesquisadoras do assunto Isabel Lustosa. Este trabalho se consiste em uma análise geral do papel da imprensa e do estudo de caso de três jornais: *A Malagueta*, *Revérbero Constitucional Fluminense* e *Correio do Rio de Janeiro*.

Dedico esse trabalho à minha mãe, uma pessoa única, que sempre estará comigo compartilhando minhas alegrias. Essa, sem dúvidas, é a minha maior fã.

Agradecimentos

À minha mãe, minha fiel companheira, que é capaz de viver junto comigo todos os momentos angustiantes da minha vida.

À minha irmã querida, que além de me dar apoio em todos os momentos, sempre me salva da minha constante briga com o computador.

Ao meu pai, que mesmo distante sempre me passa a sensação de que posso conseguir tudo.

Aos meus amigos, que sempre afirmaram que eu conseguiria.

A todos aqueles que mesmo distante sempre torceram por mim e me fizeram acreditar que valia a pena.

Sumário

1. Introdução.....	1
2. O surgimento da Imprensa no Brasil.....	5
2.1. A Gazeta do Rio de Janeiro.....	8
2.2. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense.....	10
3. A Independência do Brasil.....	15
3.1. A formação de uma opinião pública e o jornalismo de opinião.....	15
4. A influência e a importância da imprensa na Independência do Brasil.....	28
5. Estudo de caso.....	53
5.1. Revérbero Constitucional Fluminense.....	53
5.1.1. Aspecto físico.....	53
5.1.2. Posição Política.....	54
5.2. A Malagueta.....	56
5.2.1. Aspecto físico.....	57
5.2.2. Posição Política.....	57
5.3. Correio do Rio de Janeiro.....	59

5.3.1. Aspecto físico.....	61
5.3.2. Posição Política.....	61
6. Conclusão.....	64
7. Anexos.....	65
7.1.Revérbero Constitucional Fluminense.....	66
7.2. A Malagueta.....	68
7.3. Correio do Rio de Janeiro.....	72
8. Referência Bibliográfica.....	75

1.Introdução

Durante muito tempo, o Brasil colonial, ao contrário de seus vizinhos da América Latina, não tinha universidade e não produzia palavra impressa. Estas eram proibidas no Brasil, uma vez que eram consideradas pelos colonizadores portugueses uma ameaça a soberania do regime vigente. Fazia parte da política colonial portuguesa manter o Brasil, sua mais importante colônia, isolado do mundo, por acreditar que a imprensa, as fábricas e as universidades influenciariam o povo brasileiro, através de ideais modernos, a requerer seus direitos.

Entretanto, a partir de 1808, quando Napoleão Bonaparte invadiu Portugal e a corte portuguesa viu-se obrigada a fugir para o Brasil, começou a ocorrer uma mudança radical na vida e nos costumes da antiga colônia. Com a abertura dos portos às nações amigas quebrou-se o monopólio com Portugal e o país começou a conhecer o crescimento político e econômico. Tal situação tornou necessário imprimir os atos do governo e divulgar notícias interessantes à Coroa. A partir desse momento, surge a imprensa brasileira, sem conhecer, no entanto, sua liberdade.

Neste contexto de grandes transformações no cenário brasileiro, surgem dois jornais de grande e fundamental influência no processo de independência que viria logo a seguir: O *Correio Brasiliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O primeiro, através de longos textos e críticas a corte, difundia no Brasil os ideais do iluminismo e as vantagens de um governo baseado na Constituição, fato que não seria possível se o Brasil permanecesse como uma colônia portuguesa. Já a *Gazeta do Rio de Janeiro* atuava sempre em função da corte, defendendo e divulgando suas ações com o intuito de controlar a população brasileira.

Com o advento da Revolução do Porto em 1820, quando os portugueses visavam recolonizar o Brasil e a liberdade de imprensa foi permitida, a imprensa brasileira conheceu o seu “boom”. Inúmeros jornais começaram a aparecer, defendendo suas posições, mostrando seus projetos para um novo país e, antes de mais nada, tentando conquistar adeptos na recente opinião pública brasileira.

Entretanto, diferentemente do que ocorre nos dias atuais, a imprensa do período em questão que antecede a independência do país, não era apenas informativa. Os

jornais não eram escritos apenas para informar ao povo os últimos acontecimentos, mas sim para mostrar e defender a opinião dos diferentes grupos que duelaram no período. Era preciso conquistar a opinião do maior número de pessoas e, principalmente, do príncipe-regente. Portanto, os periódicos eram escritos com grande paixão e entusiasmo, muitas vezes de maneira agressiva e irônica. Não havia regras de jornalismo ou ética, o que importava na verdade era jogar com todas as armas que pudessem para no fim vencer a batalha.

No período da Independência, a recente imprensa nacional serviu como palco para disputas políticas e até mesmo para rixas pessoais. Não foram poucas as vezes que os leitores da época presenciaram brigas entre os redatores dos diferentes jornais, muitas vezes sem nenhum fundamento político, mas sim pessoal.

Durante o período que antecedeu a independência, a imprensa nacional, assim como o povo brasileiro, mudou constantemente de opinião e posição política. Inicialmente, apenas almejavam a liberdade brasileira e a defesa de seus direitos, mas com o passar do tempo e as severas medidas oriundas da Corte portuguesa, transformaram o desejo de liberdade em desejo de independência. É preciso deixar claro, porém, que por mais que concordassem com a separação, a forma como essa seria feita e o que seria do Brasil posteriormente, continuava dividindo opiniões.

O surgimento da imprensa no Brasil vinculou às transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado Nacional. Imprensa e nação brasileira são praticamente simultâneas, sendo a primeira uma das principais delineadoras da identidade cultural e política do povo brasileiro.

A proposta desse trabalho é conseguir mostrar a força da imprensa nacional ainda nos seus primórdios. Pode-se dizer que a imprensa até hoje exerce grande influência nas questões políticas, econômicas e sociais do país e do mundo. Apesar de teoricamente ter deixado de ser opinativa e parcial, passando para um caráter informativo, é de conhecimento de todos que a imprensa até hoje forma opiniões. Não é raro matérias de denúncias ou tendenciosas, que levam as consequências importantes para o país.

Através desse projeto poderá ser possível perceber que apesar dos muitos anos passados, da modernidade tecnológica implementada e das mudanças de regras, sentidos e conceitos realizadas no jornalismo e na sociedade, algumas características da imprensa

não foram alteradas. Se hoje a imprensa é capaz influenciar na denúncia de esquemas de corrupção, na demissão de ministros e presidentes, logo no período de seu surgimento, quando ainda engatinhava rumo ao seu desenvolvimento sólido, foi capaz de influenciar na independência do Brasil, em um momento onde as regras que regiam o mundo eram muito complexas e a democracia ainda não prevalecia. Durante a leitura, será possível conhecer melhor o processo de desenvolvimento pelo qual passou a imprensa no período em questão, bem como sua influência e importância para o desfecho do momento estudado.

No primeiro capítulo será apresentado um panorama de como era tratada a questão da palavra escrita no Brasil no período colonial e de como a vinda da Corte portuguesa para a colônia promoveu mudanças circunstâncias para esta, principalmente no campo da imprensa. Serão estudados também os dois maiores e principais jornais deste período: *A Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial, e o *Correio Braziliense*, jornal clandestino de caráter mais liberal.

O segundo capítulo discutirá sobre a formação de uma opinião pública no Brasil e de um jornalismo de opinião motivados pelos acontecimentos históricos da Revolução do Porto. O Brasil que até então apresentava uma opinião pública pouco participativa, passará a conhecer a força desta através dos estímulos dados pelo jornalismo de opinião. Neste capítulo serão mostradas as características desse jornalismo opinativo e como este utilizou a opinião pública como arma política.

No terceiro capítulo, será discutido o contexto que culminou na independência do Brasil e a influência da imprensa nesse processo. Será mostrado que a idéia de independência inicialmente não era cogitada e que apenas quando a situação se tornou extrema é que se pensou em separação. Mesclando-se com esse contexto histórico, será falado como a imprensa foi importante, exemplificando com os casos em que os jornais e seus redatores tiveram papel fundamental.

O quarto e último capítulo será um estudo de caso de três jornais da época que participaram ativamente do processo: *Revérbero Constitucional Fluminense*, *A Malagueta* e o *Correio do Rio de Janeiro*. Será analisado seu caráter físico, bem como sua posição política.

Durante o desenvolvimento do projeto algumas dificuldades foram encontradas, o que de certa forma deixou o trabalho com algumas pendências. Por se tratar de um tema

histórico, foi necessário buscar não só bibliografias no campo na comunicação, mas também na área de história, o que proporcionou um maior entendimento das políticas do período em questão.

Posteriormente, chegou a hora de relacionar esse prévio conhecimento histórico com as questões relacionadas a imprensa brasileira. Este ponto da pesquisa encontrou alguns problemas uma vez que a bibliografia sobre o tema é bastante escassa devido ao longo tempo passado e a pouca quantidade de material e fonte para a análise. Alguns autores foram de fundamental importância para tornar possível esse projeto. Marco Morel, Mariana Monteiro de Barros, Nelson Werneck Sodré, Juarez Bahia, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e, principalmente, Isabel Lustosa, pesquisadora renomada no assunto que fez um trabalho mais específico com a imprensa do período.

Durante o período de pesquisa e elaboração do trabalho pretendeu-se ir a Biblioteca Nacional analisar de perto os jornais aqui mencionados, para que fosse possível expor suas características e extrair trechos importantes para o contexto. Entretanto, toda grande parte do primeiro semestre de 2005, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encontrou-se em greve. Como os jornais do período são considerados “obras raras”, somente neste órgão é possível encontrar um número considerável de fascículos em boas condições de preservação e pesquisa.

Diante da impossibilidade de se pesquisar na Biblioteca Nacional tornou-se necessário buscar em outros lugares que tivessem ao menos uma edição, o que não foi tarefa fácil. No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foram encontrados alguns periódicos, grande parte deles com apenas um fascículo e em péssimas condições de preservação. Portanto, foi possível a análise do número 26 do *Revérbero Constitucional Fluminense* datado do dia 7 de maio de 1822; do número 10 do *A Malagueta* do dia 16 de março de 1822; e do número 4 do *O Correio do Rio de Janeiro* do dia 13 de abril de 1822. Entretanto, foi possível ainda que não da forma esperada, fazer o estudo de caso de três importantes jornais, como mencionado acima.

2. O Surgimento da Imprensa no Brasil

O Brasil colonial, diferentemente dos demais países colonizados da América Latina, não tinha universidade e imprensa. Era, juntamente com os países da África e Ásia, os únicos do mundo a não produzir as letras impressas.

Tal situação, explica-se pelo fato de que, na opinião dos colonizadores portugueses, era muito arriscado deixar circular na colônia esse tipo de novidade, que poderia influenciar e desenvolver pensamentos revolucionários de implementação de princípios liberais e de conquista da independência. O que poderia acarretar na perda do controle sobre esta.

Certamente, essa forma diferenciada de tratamento entre as colônias da América Latina, gera, em um primeiro momento, certo estranhamento facilmente entendível, se levarmos em conta certas considerações. De forma alguma, podemos considerar os investimentos em educação pelos colonizadores espanhóis em suas colônias, como uma tentativa bondosa de beneficiar a população local.

Mas então o que existia de diferente, por exemplo, entre o México (que conheceu a imprensa em 1539), o Peru (que a desenvolveu em 1583) e o Brasil (que até então era um “ignorante” no assunto)?

Os espanhóis, no processo de colonização, se depararam com uma sociedade de cultura avançada, que inclusive conhecia os métodos de mineração, principal atividade da época na região. Era, portanto necessário, destruir aquela cultura com elevado grau de complexidade, para não por em risco seus interesses. Os espanhóis precisavam daquela mão de obra especializada, e por isso trataram de substituir no povo local sua cultura, de forma esmagadora e destrutiva, implantando uma cultura externa, sob a justificativa da exploração e do domínio sem medidas.

Entretanto, os colonizadores portugueses, vivenciaram um quadro bastante diferente. Encontraram em sua colônia brasileira, uma população pouco desenvolvida, sem hábitos de civilidade, e que não servia de mão-de-obra escrava devido as diferenças culturais. De acordo com Cáceres¹

¹ CÁCERES. *História do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1997, p.31.

Os indígenas desconheciam a escravidão, não estavam acostumados ao sedentarismo e à produção de mercadorias. A exploração do trabalho humano por outro homem era inconcebível para sua mentalidade. Estavam acostumados a trabalhar para suprir as necessidades coletivas da tribo e a utilizar o tempo livre no lazer e nas práticas culturais de grupo. Por isso fugiam. Os índios escravizados morriam, porque, como mão-de-obra barata, eram super explorados.

Em certas partes do território, onde Portugal investia de maneira principal, a cultura e sociedade indígena foram inteiramente destruídas. Já nos locais onde os investimentos foram secundários, coube aos Jesuítas alfabetizar as crianças indígenas como forma de destruir suas heranças culturais. Ficando claro, portanto, que a sociedade local, muito pouco ameaçava os portugueses, que se preocuparam somente em manter no Brasil um estado latente de ignorância.

Com relação à imprensa, é interessante ressaltar, que mesmo na parte brasileira dominada pelos holandeses, a imprensa não foi desenvolvida, apesar do grande esforço feito por Maurício de Nassau para isso. Tal situação mostra que, além das intervenções portuguesas, as condições da colônia, tanto economicamente quanto socialmente, não eram favoráveis ao advento da imprensa, uma vez que não geravam as exigências necessárias as instalações desta.

O Brasil apresentava uma forma de organização sócio-econômica cultural diferente da Europa, onde não havia uma burguesia consolidada e nem a necessidade de estimular o comércio, uma vez que este era totalmente voltado para o mercado externo. Os centros urbanos eram poucos desenvolvidos, a sociedade permanecia escravista, rural e patriarcal, não tendo assim um ideal a ser divulgado e defendido por uma possível imprensa.

A partir de 1706, em Pernambuco, e 1746, no Rio de Janeiro, a arte gráfica começou a ser praticada no Brasil. Segundo Juarez Bahia² algumas oficinas “executavam serviços rudimentares, imprimindo pequenos avisos e missais, livros modestos e encomendas ligeiras”, mas foram rapidamente reprimidas. No entanto, apesar desse aparente desenvolvimento após alguns anos de colonização, as palavras impressas continuavam a ser proibidas no Brasil. Todo material impresso que entrava e circulava no Brasil tinha que passar pela aprovação do crivo da metrópole e da igreja.

² BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*, Rio de Janeiro, Ática, 1964. p. 09.

Os livros eram condenados e considerados pela Inquisição como algo lúdico que atraía maldições e condenações. Não havia bibliotecas particulares e as poucas públicas existentes só apresentavam livros básicos, geralmente manuais. Os demais circulavam por aqui, através de empréstimo ou comércio clandestino.

Eram também proibidos e fortemente repreendidos, toda e qualquer forma de tentativa de criação de uma imprensa no Brasil. Como já citado anteriormente uma tentativa pioneira aconteceu em Recife em 1706, quando o governador local Francisco de Castro Moraes resolveu instalar uma tipografia para impressão de letras de câmbio e orações devotas. A fim de combater tal iniciativa, em 8 de junho de 1706, a carta régia acabou com a tentativa determinando que era³ “preciso seqüestrar as letras impressas e notificar os donos dela e os ofícios de tipografia que não imprimissem nem consentissem que imprimissem livros ou papéis avulsos”. Posteriormente, muitas outras pessoas insistiram na criação de um jornal e da mesma forma foram repreendidos.

Mas, em 1808, esta situação se alterou de forma bastante brusca. Neste período, aconteciam por toda a Europa, as potentes invasões napoleônicas. A corte portuguesa, com medo de perder seu trono e poder, e pressionada pela Inglaterra, viu-se obrigada a fugir de Portugal em busca de um lugar seguro: o Brasil. A fuga da família real transformou o Brasil na sede político-administrativa do império luso. Poucos dias após a chegada da corte na colônia, Dom João decretou a abertura dos portos às nações amigas, rompendo o monopólio com Portugal e permitindo assim, finalmente, o florescimento do comércio brasileiro.

A partir desse período muita coisa começa a mudar na sociedade brasileira. A começar pela ação da corte portuguesa em criar uma infra-estrutura para sua subsistência. Do ponto de vista econômico, criou o Banco do Brasil, não com pensamentos de financiar produção, mas sim de emitir dinheiro para cobrir os défitis do governo e manter a Corte e seus fidalgos. Melhoraram as poucas estradas existentes, principalmente as do Rio de Janeiro, o que favoreceu o desenvolvimento do comércio interno, e tomou medidas para melhorar as condições higiênicas da corte. Do ponto de vista cultural, melhorou o ensino público com a criação de escolas de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, criou a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico, e a Imprensa Régia.

³ Carta Régia apud SODRÉ, *A História da Imprensa no Brasil*, São Paulo, Martins Fontes, 1983, p. 16

E é a partir daí, movido principalmente pelas transformações sociais na sociedade, que começa o nascimento da tardia imprensa brasileira, ainda que de forma restrita e controlada sob o crivo da censura prévia. O primeiro jornal publicado no Brasil foi o jornal oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, sendo seguida posteriormente, por jornais de iniciativa privada, mas que seguiam a mesma linha de caráter oficioso e bajulador do governo, como por exemplo, a *Idade d'ouro do Brasil* e a revista cultural *O Patriota*.

As condições materiais para a imprensa eram precárias, o que tornava muito caro a impressão de publicações na Imprensa Régia. Apenas em 1811, começaram a surgir na colônia, tipografias independentes que cobravam preços bem mais baratos, chegando mesmo a serem anunciadas na própria *Gazeta do Rio de Janeiro*, como foi o caso do baiano Silva Serra que teve sua tipografia publicada oferecendo “preços cômodos e boa letra inglesa”⁴.

Entretanto, entre os recentes jornais surgidos na época, dois merecem atenção especial: *A Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Correio Braziliense*.

2.1. A Gazeta do Rio de Janeiro

Muito se discute sobre qual teria sido o primeiro jornal brasileiro: *Gazeta do Rio de Janeiro* ou *Correio Braziliense*. Entretanto, um fato é indiscutível: se a *Gazeta do Rio de Janeiro* não foi o primeiro jornal a circular no Brasil, certamente foi o primeiro a ser publicado na região.

Foi em 10 de setembro de 1808 que, finalmente, surgiu no Brasil a tardia imprensa brasileira. Juntamente com a corte Portuguesa, chegou à colônia prelos e material tipográfico, adquiridos na Inglaterra, que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra antes da fuga de Portugal. A partir dessa matéria-prima se constituiu a Imprensa Régia, que entre diversas atividades, era responsável pela impressão do primeiro jornal brasileiro: a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* era, sem dúvidas, um jornal oficial, uma espécie de adaptação da *Gazeta de Lisboa*. Administrado por Antônio de Araújo, Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tinha inicialmente como redator principal Frei Tibúrcio José da Rocha, e na junta diretora dois brasileiros: Silva Lisboa e Pereira da

⁴ GAZETA DO RIO DE JANEIRO apud SODRÊ, op.cit., p.36

Fonseca. Estes não só administravam o jornal como também tinham participação dos lucros da empresa, que funcionava como uma mistura de redação propriamente dita e repartição pública, uma vez que apresentava como redatores, um grande número de funcionários públicos e padres.

Com a abertura dos portos às nações amigas, muitos jornais contrários à coroa passaram a entrar de forma clandestina no Brasil, entre eles o *Correio Braziliense*. E foi a partir desse momento que surgiu a necessidade de neutralizar essas idéias revolucionárias, criando um jornal que defendesse o absolutismo do governo que se encontrava em declínio, informando ao povo suas virtudes, difundindo seus benefícios, e combatendo as idéias que lhes eram contrárias. Dessa forma, imprimiam-se os atos do governo, divulgavam-se as notícias interessantes à Coroa, e traduziam-se artigos publicados na imprensa mais conservadora européia.

A Gazeta do Rio de Janeiro era, inicialmente, um jornal semanal que saíria aos sábados, mas logo passou a sair também às quartas-feiras. Apresentava quatro páginas e de vez em quando seis ou oito, no formato in-quarto. Muito pouco tinha de atrativo para o público. Não apresentava seções de variedades e nem discursos doutrinários. Como disse Armitage⁵

Por meio dela só se informava ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com as exposições de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume

Entretanto, pode-se dizer que o jornal oficial foi pioneiro em relação à publicidade. Gradualmente, os avisos comerciais de oferta e procura, e outros, antes lidos pelos padres ou transmitidos oralmente pelos vendedores de folhinhas, foram tomando conta das páginas da gazeta. Destacando-se o fato de que as inserções publicitárias eram gratuitas, e que havia um prazo pré-estabelecido para a entrega destas, com o intuito de garantir tempo o suficiente para a composição, paginação e impressão do mesmo.

⁵ ARMITAGE apud Sodré, op.cit, p. 20.

Mas as inovações desse jornal não param por aí. Outra novidade foi o trabalho promocional elaborado, onde se fixavam preços para os exemplares e para assinaturas pagas antecipadamente. Havia, ainda, uma regularidade no prazo de entrega, serviço este que era “terceirizado”, dos jornais de venda avulsa e os destinados às assinaturas.

Tudo o que era publicado na Gazeta passava antes pela aprovação do Conde de Linhares e em seguida pelo Conde de Galveias, o que de certa forma fez com que o jornal se tornasse totalmente manipulado, e esvaziado de qualquer discussão política e até mesmo social. Tal situação culminou, quatro anos mais tarde, no pedido de demissão de Frei Tibúrcio, que foi substituído por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, e algum tempo depois, pelo Cônego Vieira Goulart.

Curiosamente, a partir de meados de 1821, com a revolução liberal do Porto, o jornal que antes apoiava a união luso-brasileira e repudiava a idéia de revolução e ruptura, passou a defender o liberalismo e a separação entre Brasil e Portugal.

A intensa proibição de publicações no Brasil permitiu que a Gazeta do Rio de Janeiro, fosse por seis anos, o único jornal a circular livremente pelos territórios brasileiros.

2.2. Hipólito da Costa e O Correio Braziliense

Apesar do decorrer dos muitos anos, a questão sobre a fundação do jornalismo brasileiro, ainda é um assunto muito polêmico. A quem diga que os méritos devem ser dados a Frei Tibúrcio José da Rocha, redator da Gazeta do Rio de Janeiro e os que acreditam nos méritos de Hipólito da Costa, fundador do Correio Braziliense. Entretanto, não há como duvidar da importância de Hipólito para a constituição do jornalismo no Brasil.

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, conhecido como primeiro jornalista brasileiro e fundador da imprensa no Brasil, nasceu em 1764, na colônia de Sacramento, na Cisplatina. Cresceu em Pelotas, no Rio Grande, onde a família ganhara riqueza e prestígio, após o Tratado de Santo Idelfonso.

Com apenas 19 anos, saiu do Brasil rumo a Europa onde se formou em Leis e Filosofia na Universidade de Coimbra. Buscou também conhecimentos na área científico-tecnológica, o que para muitos de seus estudiosos, significa “desejo de

regressando ao Brasil, dedicar-se á agricultura, otimizando a propriedade rural que a família possuía no município gaúcho de Pelotas.”⁶, volta esta que nunca se concretizou. Após rica formação, conquistou lugar importante em Portugal.

No dia 11 de outubro de 1798, iniciou empreitada de trabalho nos Estados Unidos a mando de Portugal, onde ficou responsável por informar a corte, os avanços tecnológicos e sociais do país. Pode-se dizer que “sua missão era observar as inovações agrícolas e industriais ali desenvolvidas, verificando que aplicabilidade poderiam ter na colônia portuguesa situada ao sul das América”⁷. Através dele, foi possível também aos portugueses, conhecer o lugar da mulher, do índio e do negro naquela sociedade com indícios democráticos, onde já se apresentavam instituições política, sociais e de cultura avançada.

Durante seu período na América do Norte, Hipólito da Costa, envolvera-se com a maçonaria que estimulava a liberdade religiosa não permitida em Portugal devido a Santa Inquisição. De volta a Lisboa, após longo período de estadia nos Estados Unidos, Hipólito trouxe consigo a enorme vontade de liberdade e progresso. Paralelamente ao seu trabalho na Imprensa Régia portuguesa, Hipólito desenvolvia intensa atividade junto à maçonaria de Portugal.

Em 1802, durante viagem oficial a Lisboa, conheceu e se envolveu com a maçonaria inglesa, fato que o fez ser preso assim que voltara de viagem. Apesar das inúmeras tentativas de seus amigos maçons para libertá-lo lutando com o forte Santo Ofício português, Hipólito da Costa só conseguiu novamente a liberdade em 1805, quando fugiu da prisão.

Pouco tempo depois, Hipólito da Costa voltou a Londres onde foi muito bem recebido pelos companheiros maçons que inicialmente garantiram a sobrevivência do foragido. Neste período, de começo de vida na Inglaterra, dividia-se entre o trabalho de tradutor e professor de português, quando em 1808 um fato histórico mudou sua vida: a ida da corte portuguesa para a sua terra natal. A partir desse momento, esse grande homem começou a marcar sua importância na história brasileira.

Empolgado com a mudança de D.João para a colônia brasileira, Hipólito da Costa começou a vislumbrar nesse fato, uma possibilidade de transformações profundas para o

⁶ MELO, *Incursões Pioneiras de Hipólito da Costa no mundo da imprensa*, 2005 p.04

⁷ Idem e Ibidem

Brasil e Portugal. Acreditava que a presença da corte em sua terra traria o progresso e o desenvolvimento, estimulando a criação de indústrias, universidades, imprensa, e principalmente, a instalação de instituições modernas e avançadas.

Foi através da palavra impressa que Hipólito da Costa buscou tornar público suas idéias para um novo Brasil. Mesmo em Londres, em 1º de junho de 1808, lançou o “primeiro jornal brasileiro”, o *Correio Braziliense*. Braziliense porque naquele período era assim que se denominavam os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil, deixando claro que era para esse povo que seu jornal se destinava.

Chamou-o de *Correio Braziliense* porque, naquele começo de século XIX, chamava-se brasileiros aos comerciantes que negociavam com o Brasil e brasileiros aos índios. Brazilienses eram os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam vinculados ao Brasil como sua verdadeira pátria.⁸

É de possível estranhamento o fato de o primeiro jornal brasileiro ter nascido em Londres. Hipólito da Costa justificava tal situação mostrando que em Londres a liberdade de imprensa já vigorava e que era muito difícil e arriscado produzir um jornal no Brasil que pudesse falar livremente. Sem contar com a facilidade que o jornalista obtinha por ter cidadania inglesa, o que o deixava livre das tentativas da corte portuguesa de calar seu jornal. O que dava ao *Correio Braziliense* o caráter nacional era apenas a sua influencia e engajamento na situação interna da colônia. Este e outros tantos jornais europeus que circulavam no Brasil só entravam na colônia através da clandestinidade.

Na ocasião do lançamento do jornal de Hipólito da Costa, o acesso à educação era algo muito restrito, cabendo, portanto, ao jornalista o papel de educador e transmissor das idéias iluministas. Acreditando em sua missão de suprir a falta de escolas e de conhecimento, o mais novo jornalista elaborou seu jornal em tamanho e forma semelhante aos livros.

O *Correio Braziliense* era um jornal caro devido as suas características. Apresentava capa dura, aproximadamente 100 páginas e seus artigos eram densos e longos, geralmente em forma explicativa e acompanhados de análise crítica. Não era raro suas matérias durarem mais de uma edição de acordo com a necessidade do redator.

⁸ LUSTOSA, *O Nascimento da Imprensa Brasileira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003, p. 14.

O jornal doutrinário mensal era todo dividido em sessões, sendo elas política, comércio e artes, literatura e ciência, miscelânea e, esporadicamente, correspondências.

A parte de miscelânea era a mais interessante do jornal. Nela, Hipólito da Costa expressava de forma mais detalhada e intensa seus projetos para um novo Brasil, através da sessão “Reflexão sobre as novidades do mês”. Por esse motivo, Isabel Lustosa⁹ a classifica como “a parte mais importante do *Correio* não só para a história de nossa imprensa, como também para a história das idéias no Brasil.”.

O restante do jornal era dedicado principalmente à publicação de documentos relacionados aos fatos do mundo inteiro e as notícias colhidas nas gazetas internacionais. O *Correio Braziliense* era, sem dúvidas, o jornal mais atualizado externamente que os brasileiros recebiam na colônia. Atualizado não no sentido de dar as notícias com imediatismo, mas sim de apresentar matérias sobre os temas decorrentes no momento. Foi através dele que o povo do Brasil teve notícia sobre o andamento das invasões napoleônicas e dos processos de independência nas colônias espanholas. Foi o caráter completo desse jornal, que leva Barbosa Lima Sobrinho afirmar que¹⁰

O que mais surpreende no *Correio Braziliense* é a extrema variedade de temas que o compõem e a extensão de cultura que nele revela Hipólito da Costa. Conhece e discute tudo, desde a questão do tráfico e da escravidão até o problema da mudança da capital do Brasil. Mesmo em paralelo com os periódicos que surgem no Brasil, é o melhor informado de todos eles, o que melhor conhece e discute os problemas brasileiros.

Pode-se dizer que o principal intuito de Hipólito da Costa, ao criar o *Correio Braziliense*, era conquistar opiniões informando ao povo brasileiro as tendências internacionais, como forma de influir nessas pessoas um ideal revolucionário. Pretendia mostrar a elas o sentido das idéias liberais, deixando claro os perigos do despotismo e do absolutismo. Tinha como luta principal introduzir os princípios liberais através de uma maior autonomia do país e das reformas administrativas, começando pelo fim do monopólio comercial e pela maior participação do povo na política, sem que isso se confundisse com liderança no processo de transformação do sistema de governo.

⁹ Idem, p.16

¹⁰ SOBRINHO apud MELO, op.cit, p.06.

Por esse motivo, boa parte do Correio dedicava-se a comentar e a criticar, muitas vezes de forma irônica, as ações do governo, fato este que o tornou grande inimigo das autoridades portuguesas. Entretanto, cabe ressaltar que Hipólito da Costa apesar de estimular mudanças na forma de administrar o Brasil jamais lutou contra o regime político vigente no país: a monarquia. O que pode ser provado pelo fato de que muitas vezes publicou em seu jornal, passagens da Gazeta do Rio de Janeiro, jornal oficial, sem contestar seu conteúdo e a autenticidade das informações. Ele acreditava que as reformas eram necessárias, mas que precisavam ser feitas pelo próprio governo antes que o povo as fizessem. Em sua opinião a forma de monarquia constitucionalista como existia na Inglaterra era perfeita e deveria ser implantada também no Brasil.

Mas, o mais importante é que o fato de criticar as ações do governo gerava uma certa inquietação em torno deste. Muito se perseguiu o *Correio Braziliense*, surgindo inclusive tentativas de neutralizar o jornal, através de outras publicações criadas a mando do próprio governo tanto no interior do país quanto no exterior. Esse é o caso do *Investigador Português* criado em 1811 também em Londres, e com leitura estimulada pela corte no Brasil.

Como veremos no próximo capítulo, quando em 1820 eclodiu a Revolução do Porto, Hipólito da Costa voltou praticamente todo seu jornal para esta, se posicionando a seu favor. Mas, com o decorrer da revolução, o jornalista pode perceber as verdadeiras intenções da corte para o Brasil, passando a partir daí a sua oposição. Neste mesmo período, ele que inicialmente era contra qualquer idéia de separação entre Brasil e Portugal, passou a dialogar com outros jornais independentes que haviam surgido. E quando em 1822, declarada com sucesso a independência do Brasil, Hipólito da Costa deu como concluída sua missão, encerrando em novembro do mesmo ano a publicação do Correio Braziliense.

Mesmo tendo encerrado suas atividades de jornalista, Hipólito da Costa, ainda participou, no decorrer de 1823, no processo de reconhecimento do Brasil como país livre e independente.

3. A Independência do Brasil

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil mudou, e muito, a vida e as relações sociais do povo que aqui vivia. Uma maior infra-estrutura e certa liberdade de comércio estão entre as principais mudanças ocorridas.

Uma das mais interessantes é o surgimento da imprensa no país. Como visto anteriormente, a imprensa no Brasil se deu, principalmente, a partir de uma iniciativa oficial, tendo como principal jornal a Gazeta do Rio de Janeiro. Os demais jornais circulantes no território, como o Correio Braziliense, entravam de forma clandestina através dos portos brasileiros, uma vez que neste período a colônia ainda não gozava de liberdade de imprensa.

Tal situação assim perdurou por muitos anos até que certo fato, de grande importância histórica, mudou os rumos do país: a Revolução do Porto, que apesar de realizada em Portugal, muito atingiu o Brasil.

E foi na consequência das decisões tomadas pelos líderes da revolução que começa a se formar no Brasil um contexto propício para a independência do país, momento este muito influenciado por uma até então limitada imprensa nacional, que conhece a partir desta ocasião, finalmente, o seu crescimento e consolidação.

3.1. A formação de uma opinião pública e o jornalismo de opinião

Pode-se dizer que, que a história da formação da nação brasileira é simultânea a história do surgimento da imprensa no Brasil. Inicialmente, esta era diretamente ligada ao governo da mesma forma em que o Brasil era ligado a Portugal, ainda faltava a antiga colônia um caráter próprio e independente que o livrasse das influências de sua metrópole. Mesmo já conhecendo certa autonomia, com a chegada da Corte portuguesa, o povo brasileiro vivia ainda a influência e os ideais vindos de Portugal.

A partir do advento da Revolução do Porto as estruturas no Brasil mudaram de forma bastante brusca. Diante dos anseios dos revoltosos de tornar o Brasil novamente uma colônia portuguesa, tornou-se necessário uma forte tomada de opinião e posição por parte do povo que ali vivia, com o fundamental intuito de se libertar dos ideais recolonizadores. No entanto, os diversos discursos brasileiros sobre o destino da

colônia, não eram sempre os mesmo. Tal situação levou a uma intensa busca por conquistar novos adeptos a sua opinião e, principalmente, de convencer Dom Pedro I que seus ideais eram os mais adequados.

Tal situação de ameaça a soberania do Brasil parece ter sido um despertar da opinião pública do país que até então se encontrava pouco participativa. E é a partir daí que começa uma série de transformações no espaço público e a modernização política e cultural, que leva ao final de tudo a construção de um Estado Nacional.

A elite brasileira passou de uma situação estática a uma posição de defesa de seus direitos que até então desconhecia. O Brasil passou por um momento de grande hibridismo de opiniões, onde de um lado encontravam-se os defensores do Antigo Regime e de outro os ditos modernos.

A opinião pública no Brasil surgiu no momento em que as opiniões contraditórias se tornaram mais intensas, fazendo-se necessário a criação de um espaço público de críticas, onde seriam discutidas as idéias nem sempre favoráveis ao governo. Até então predominava no país um espaço privado, onde cada um guardava para si suas opiniões ou no máximo as dividiam com companheiros em conversas informais. Entretanto, com o intuito de combater as intenções vindas de Portugal com o Brasil, um grupo de letrados começa a ultrapassar os limites do julgamento privado, criando leis morais, que passaram a influir nos negócios públicos, legitimando uma nova forma de pensar e agir na sociedade. É preciso ressaltar, porém, que quando falamos em opinião pública e de debates de idéias, não está sendo englobado toda a população local, uma vez que, inicialmente, o reinado da opinião pública era apenas da elite iluminista, aqueles que conhecidamente pertenciam ao mundo da sabedoria, da prudência e da razão, enfim os iluministas, que pregavam a manutenção da ordem e da razão. Foi apenas com o caos na política oriundo da ida de D. João para Portugal, que a opinião pública torna-se “a vontade da maioria dos membros de uma sociedade”, saindo do campo da abstração, buscando aplicações práticas. Segundo Marco Morel, percebe-se no período um evidente contraste entre duas concepções de opinião pública predominantes:

Uma intelectualizada, privada e crítica, mais próxima da esfera literária, chamada de “reina do mundo” e fundada sobre a supremacia da razão. Outra, coletiva e normativa, identificada à vontade da maioria, tendo como fonte as práticas de sociabilidade

ou os cidadãos que se reuniam em assembléia para decidir de bom comum.¹¹

Foi a palavra escrita a escolhida para o grande combate de idéias que vigoraria no país durante todo aquele momento de incertezas. Ocorre no Brasil então a passagem do modelo antigo de comunicação vigente no Antigo Regime, proclamações em voz alta, leituras coletivas, entre outros, para uma forma de debate por meio da imprensa. Começam-se agora a ganhar importância as leituras privadas e individuais, o que permite a formação de uma opinião baseada no julgamento crítico de cada um. Essa mesma opinião é, posteriormente, levada a público e somada com todas as demais gerando uma forma de opinião pública.

Mas se a liberdade de imprensa era proibida no Brasil, como então utiliza-la como “arma política”?

Em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, a elite brasileira conheceu grande autonomia em seus negócios. Tal situação não se deu por lutas e era considerada por esta como uma “dádiva”, o que de certa forma fortalecia o poder vigente. Sendo assim, nesse período não importava a liberdade de imprensa. Nem o governo estava disposto a concedê-la, nem as elites se preocupavam em conquistá-la. Conveniu-se, portanto, em ter uma imprensa áulica que de forma alguma incomodava ambas as partes. Entretanto, com a Revolução do Porto, a elite portuguesa levantou a questão do possível retorno do monopólio, o que uniu as classes e tornou necessário estimular a liberdade de imprensa. Segundo Nelson Werneck Sodré¹²

Surge agora aquela ameaça de regresso a uma situação que não poderia ser suportada pela classe dominante brasileira: a conquista anterior, que parecera simples dádiva, fica em perigo, e o perigo une. Para unir, é preciso mobilizar. Para mobilizar, é preciso despertar a opinião. Para despertar opinião, é preciso imprensa.

¹¹ BARROS e MOREL, *Palavra, Imagem e Poder*, Rio de Janeiro, DP&a, p.31.

¹² SODRÉ, op.cit, p.45

Além deste importante fato que mudara a atitude da elite brasileira, uma das primeiras medidas do governo interino em Lisboa foi, de acordo com Nelson Werneck Sodré¹³

Facilitar a impressão e leitura dos bons livros e papéis, nacionais e estrangeiros, para que não se retarde a notícia dos acontecimentos, nem a comunicação de idéias úteis para se dirigir a opinião pública segundo os princípios de uma bem entendida liberdade civil.

Bastante influenciado pela medida lisboeta e pressionado pelo povo brasileiro, D. Pedro I decreta, no dia 2 de março de 1821, a liberdade de Imprensa no Brasil. Entretanto, no dia 9 de março do mesmo ano, ao promulgar-se as bases da Constituição, reconhecendo a liberdade de pensamento como um dos bens mais preciosos do homem, limita-se também o uso desta. A partir daquele momento, “todo cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência da censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar”¹⁴.

Com essa restrição no decreto de liberdade de imprensa, “procurava o governo equilibra-se entre os chamados embaraços que a prévia censura opunha a propagação da verdade e os abusos que uma ilimitada liberdade de imprensa podia trazer”¹⁵. Dessa forma, tratou-se de permanecer proibidos os escritos contra a moral, os bons costumes, a pessoa do soberano, a Constituição e a tranqüilidade pública. Sem contar no fato de que, como era permitido o anonimato das palavras, todas as vezes que um caso fosse considerado um abuso de liberdade de imprensa, no desconhecimento de seu autor, responderia pelo crime os impressores, correndo o risco de ser condenados a pagar com multas ou prisões.

A liberação da imprensa foi fortemente condenada por José da Silva Lisboa, também conhecido por Visconde de Cairu, censor do período em questão. Este expôs suas idéias contrárias ao decreto no primeiro número de seu jornal o *Conciliador do Reino Unido*, também considerado primeiro jornal independente do Brasil. Através do periódico, afirmou que o governo procurou com a medida se manter em boas relações

¹³ Apud SODRÉ, op.cit, p.40.

¹⁴ Idem, p. 41

¹⁵ LUSTOSA, *Insultos Impressos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.106.

com o povo, passando a responsabilidade de censurar aquilo que não o convinha para os censores.

Sua majestade fidelíssima considerou necessário fazer regulação da legal censura dos livros e escritos, impondo penoso encargo ao Inspetor Geral de Estabelecimentos Literários com responsabilidades sem exemplo em país algum pela denegação de licença aos editores, submetendo a censura a árbitros com grave e intolerável pena aos censores, se no arbitramento se declarasse não bem fundado o seu juízo oficial.¹⁶

Cairu afirmava ainda que a liberdade de imprensa representava grande perigo, uma vez que propiciava que aqueles que sabiam manejar “as armas da calúnia e do ridículo, num ambiente de ampla liberdade de imprensa, teriam incomparável vantagem sobre o “sábio modesto”¹⁷. Alertava que os periódicos e os panfletos eram bastante lidos pelas classes inferiores, o que poderia disseminar no povo idéias incendiárias.

Mas o fato é que, para o bem ou pra o mal, a liberdade imprensa foi a responsável por uma explosão de jornais no Brasil que influenciaram bastante nos rumos da nação brasileira. A imprensa cresceria, sobre um controle sinuoso, que era capaz de alterar constantemente a legislação, de acordo com as preocupações governamentais com as idéias expostas nos recentes periódicos. À medida que estas julgavam conveniente unir as forças locais para combater as tentativas de dominação lusa, estimulava-se a liberdade de imprensa. Em contrapartida, quando julgavam ser necessário controlar as idéias de independência, reprimia-se a imprensa. Desta forma, fica claro que a própria liberdade de imprensa foi também utilizada pelo governo como uma poderosa “arma política”.

A liberdade de imprensa e o caos político que se encontrava o Brasil foram os elementos principais para a explosão de desenvolvimento da imprensa nacional. Sem contar também que o modo de produção dos periódicos era artesanal, o que tornava o custo bastante barato, permitindo que muitas vezes um só indivíduo fosse dono e escrevesse seu próprio jornal. De 1821 a 1822, no Rio de Janeiro, chegou-se a falar em “praga periodiqueira”. Através da tabela abaixo podemos ter uma noção do desenvolvimento da imprensa nacional, o que de certa forma demonstra uma

¹⁶ CAIRU apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.107.

¹⁷ Idem e Ibidem

preocupação coletiva em relação ao político, uma vez que os artigos desses passaram a ser discutidos na esfera pública dos cafés, das academias e das livrarias.

Número de publicações da imprensa nacional¹⁸

1808-33	1812-58	1816-38	1820-41
1809-46	1813-29	1817-40	1821-236
1810-74	1814-25	1818-41	1822-280
1811-63	1815-37	1819-44	

A imprensa que começava a se desenvolver no período deixava de ser ligada ao governo e passava a ser independente. Era muitas vezes ligada a associações leigas, de mecanismos, ainda que reduzidos, que legitimavam certas liberdades de expressão e reunião.

Para o contexto em questão, um jornalismo meramente informativo como era conhecido através da *Gazeta do Rio de Janeiro*, não seria um bom instrumento para os objetivos de propagação da opinião pública. Era fundamental defender convicções e conquistar novos adeptos para alcançar os reais objetivos. Por esse motivo, a forma de jornalismo escolhido foi o opinativo, aquele que iria materializar os pensamentos da opinião pública, circulando e ajudando a delinear identidades culturais e políticas, e acima de tudo, despertar “ódios e paixões”.

A partir desse momento, a imprensa nacional passa a ter um papel social no Brasil. Passa a ser utilizada como verdadeira “arma política ideológica”, onde os partidos políticos se faziam conhecidos, brigavam entre si e expunham suas idéias. Os cidadãos não eram motivados a ler ou escrever os jornais para se manterem informados ou informar sobre o que ocorria no mundo, mas sim para expor e conhecer idéias políticas sobre o futuro destino do país.

A forma de jornalismo opinativo trouxe a público, principalmente no Brasil, a figura do homem público, de fundamental importância para o contexto que se desenvolvia. Segundo Marco Morel¹⁹

¹⁸ NEVES, *Corcundas e Constitucionais*, Rio de Janeiro, Revan, 2002, p.93

A imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX fez entrar em cena esta figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro. Entre as mutações culturais sobrevividas com a modernidade política ocidental, surgia este homem de letras, em geral visto como portador de uma missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É do tipo escritor patriota, difusor de idéias e pelejador de embates, que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações.

No entanto, esses homens públicos tinham discursos e concepções políticas distintas que eram expostas, principalmente através da imprensa. Com a liberdade de imprensa decretada, muitos se arriscavam nesse recém formado jornalismo de opinião. Alguns com certa bagagem política e outros que apenas se arriscavam a escrever. De acordo com Isabel Lustosa²⁰

Erguiam-se e confundiam-se as vozes dos intelectuais, dos políticos envolvidos diretamente com o modelo que se estava superando, dos liberais exaltados, maçons ou não, com as dos aventureiros de ocasião, dos arrivistas e dos que apenas se aproveitavam daquelas agitadas circunstâncias para se lançar na recém-criada profissão de jornalista.

Como veremos mais detalhadamente a seguir, pode-se dizer que a imprensa brasileira já nasceu comprometida com ideais revolucionários. Inicialmente, o tema central que estimulou uma verdadeira explosão da palavra escrita e impressa foi se a corte portuguesa deveria ou não permanecer no Brasil. Posteriormente, com as medidas e imposições dos revolucionários do Porto para com o país, e as comparações agressivas que os portugueses submetiam o Brasil, o debate foi se intensificando e aumentando de tom nos impressos. Os partidários dos Reinos de Brasil e Portugal foram “cristalizando posições e formulando um antagonismo que se tornava cada vez mais acentuado”²¹. Com o desenrolar dos acontecimentos, as opiniões se tornaram cada vez mais antagônicas, e logo se revelou a possibilidade de independência do Brasil, tornado-se esta a temática principal dos jornais.

¹⁹ BARROS e MOREL, op.cit, p.15

²⁰ LUSTOSA, Insultos..., op.cit.,p.26

²¹ BARROS e MOREL, op. cit, p.26.

Diante de tal explicação, torna-se fácil de entender o porquê de os jornais basearem suas vidas nos acontecimentos políticos, uma vez que a maioria deles surgiu no auge da ebulição política do momento. Por esse motivo, grande parte deles não durou mais que alguns meses, tinham periodicidade irregular e apareciam uma ou duas vezes na semana. Havia também dificuldades de comunicação que impedia a divulgação entre as províncias, fazendo com que cada jornal se limitasse a informar seus próprios conterrâneos.

Em geral, o jornalismo de opinião também se caracterizava pelo fato de privilegiar o doutrinário e o propagandístico em detrimento do factual e do descritivo, uma vez que só dessa forma seria possível combater as idéias alheias e convencer a quem era necessário. Por isso, fazia constantemente o uso de exclamações, interrogações, gírias, aforismos e apóstrofes, que ornamentavam o discurso também repleto de figuras de linguagem, tendo como principal objetivo atrair o público. Os exemplos a seguir mostram claramente esse tipo de recurso.

Precisamos já, já, já, Cortes, Cortes, Cortes.²²

Finalmente rasgou-se o véu. Apareceu ali uma diatribe injusta, não provocada, mas cunhada com o selo dos muitos sábios redatores!²³

Da convocação de uma Assembléia, e já (...) nunca se tratou em escrito e projeto popular, oficial, ou literário, com que razão se me increpa de inconsciência, e mudança? Esperemos (torno a dizer); Eis minha culpa, minha grande culpa!²⁴

Estes jornais surgidos na época em questão que formavam o que chamamos de jornalismo de opinião eram em geral redigidos por uma só pessoa, ou por um grupo pequeno, mas diretamente ligados a facções políticas que determinavam o cunho dos periódicos. Estes se caracterizavam também por terem formatos pequenos e serem produzidos através de prensas tipográficas rudimentares.

Inicialmente, outra característica fundamental dos jornais da época era o anonimato. Como ainda era presente a censura aos livros, escrever matérias anônimas

²² Correio do Rio de Janeiro apud LEITE, *Republicanos e Libertários*, 2000, Civilização Brasileira, p.99.

²³ Espelho apud LUSTOSA, *Insultos...*, op.cit, p. 154.

²⁴ Reclamações do Brasil apud LEITE, op. cit, p.99.

para jornais era a maneira mais simples de assegurar a livre manifestação de idéias. A partir de 1822, provavelmente por conta da lei que proibia a publicação de obras anônimas, muitos folhetos passaram a ter seus artigos identificados pela inicial de seus autores.

No período em que tratamos aqui, os periódicos e os livros eram considerados objetos culturais semelhantes. Alguns jornais eram tidos como fragmentos de livros e se comportavam como tal. Um grande exemplo desse estilo de publicação era o *Revérbero Constitucional Fluminense*, feito por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Este adotava um sistema de numeração de páginas que continuava nas edições seguintes, era impresso em formato in-oitavo assim como os livros, era vendido nos mesmos lugares que os livros e, inicialmente, não adotava uma leitura ligeira como desenvolverá posteriormente.

Certamente, nem todos os jornais ou a maioria deles não eram publicados de maneira semelhante aos livros. Entretanto, todos eles acreditavam na sua missão de educar. O período de intenso debate político e de grandes transformações nas instituições em que surgiram motivou ainda mais esse caráter. Os periódicos pareciam ser escritos com o intuito de preparar o povo para um novo regime que estava às vésperas de triunfar. Os redatores tinham consciência da importância de seu papel em suprir a carência de livros e de informações mais específicas e acreditavam na educação como fundamental para as transformações na sociedade.

Muitas são, então, as defesas da imprensa periódica como fonte de ilustração e instrução, a mais importante de todas sendo a da *Encyclopédie* que se descreve como uma espécie de “journal”; da arte dos jornalistas como a arte “ não de agradar, mas de analisar e instruir”; uma arte, de fato muito próxima da dos próprios enciclopedistas que deveriam abster-se de “fornecer diversão e prazer, quando é possível instruir e influenciar”.²⁵

Por esse motivo, a grande maioria dos jornais tinha como característica básica uma escrita de caráter polêmico, muitas vezes com linguagem virulenta, porém didática, mostrando em forma de comentários os fatos recentes ou discussões sobre as grandes questões da época. Mostravam suas idéias de forma organizada, deixando bastante claro o posicionamento do autor e fazendo uso de opiniões e ensinamentos para influenciar

²⁵ PALLARES-BURKE apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit , p.29

opiniões. Como mostra o exemplo a seguir quase todos os jornais começavam com uma carta de intenções, muitas vezes deixando claro qual era o seu público-alvo.

Uma tão oportuna conjuntura de falar sobre um objeto que deve tornar-se a conversação familiar dos habitantes do Brasil, também excitou a curiosidade do redator para se ocupar dele; na idéia que poderá servir de alguma utilidade e proveito às pessoas que, pela penúria de livros que tratem alguma parte destas matérias em linguagem nacional, as não podem encontrar facilmente. Os doutos ou literatos não carecem das minhas instruções. Não é para eles que escrevo, nem tampouco para aprovar ou contradizer as suas opinião; estabeleço a minha, dou as razões em que me fundo, e deixo claro a cada um a liberdade de seguir ou rejeitar o que lhe parecer digno disto. ²⁶

Apesar da imprensa no Brasil ser ainda recente no período em questão, havia um grande número de assinantes em certas publicações. É conveniente lembrar que ser assinante de um determinado jornal ainda nos primórdios do jornalismo era uma atitude cheia de significados uma vez que não significava uma busca por informação somente, mas sim a busca por uma opinião.

É interessante mostrar que diferença de significado político existe entre leitores de assinatura e leitores de vendas avulsas. Ser assinante de um jornal, no momento de grandes conflitos como se encontrava o Brasil, era um verdadeiro ato político. A divulgação de uma lista de assinantes de determinada publicação, salvo o caso dos jornais oficiais, onde seus leitores se beneficiariam por estar ao lado do governo, poderia conferir grandes riscos de ameaça aos nomes nela pertencentes. Entretanto, ser leitor de venda avulsa protegia, de certa forma, o leitor livrando de tomar partido e permitindo a este a sua livre forma de pensar.

De acordo com Marco Morel²⁷, percebe-se uma diferença com relação ao público-alvo dos diferentes jornais. Alguns buscavam os leitores ativos, ou seja, os sábios, os literatos, ilustrados e esclarecidos. E outros que sobre a crença da missão pedagógica, esclarecedora e civilizatória, buscavam conquistar e incorporar a sociedade classes até então excluídas por serem consideradas ameaçadoras e perigosas, com o intuito de transformá-las em elementos úteis através da educação, da cultura e certo grau de cidadania. É importante ressaltar porém que a busca por esse público até então excluído

²⁶ Constitucional apud LUSTOSA, Insultos...op.cit, p. 31.

²⁷ BARROS e MOREL, op.cit, p.41.

não era exclusiva dos ditos revolucionários e oposicionista. Muitos conservadores, amantes da boa ordem, almejavam esse público com a intenção de criar um bloco histórico e uma mobilização política em prol da defesa dos valores da liberdade e igualdade.

Na Europa, com o advento do iluminismo, a linguagem popular, muito utilizada por padres para invocar o sermão e por advogados para melhor convencer e persuadir, fora extremamente rejeitada. Os iluministas acreditavam que esta não era digna de confiança, servindo como produto para falsas associações.

Entretanto, no Brasil, a situação era diferente. Antes do crescimento da imprensa no contexto da independência, pode-se dizer que havia dois tipos de cultura: a cultura da elite e a cultura do restante da população. De acordo com Isabel Lustosa, a cultura popular definia-se por “pequena tradição” e a cultura da elite por “grande tradição”. Era permitido a elite participar da “pequena cultura” transmitida através das igrejas, tavernas e praças de mercado, mas os populares jamais poderiam participar da “grande cultura”, bastante fechada, só podendo pertencer a esta aqueles que freqüentassem suas instituições. Para os letrados as duas culturas ocupavam significações distintas: a grande cultura seria algo sério e nobre, enquanto a pequena cultura serviria apenas como diversão.

Tal situação mudou quando a necessidade de discursos mais intensos e eficientes se tornou imprescindível nas polêmicas travadas por meio da imprensa. Pode-se afirmar que a partir daí, o espaço existente entre a linguagem erudita e a linguagem popular se reduziu, ocupando a linguagem dos jornais um espaço intermediário, mesclando elementos das duas. A linguagem popular ganha então grande relevância no período servindo como arma para os jornais.

A língua vulgar não permaneceu confinada à moralidade ou à epistolografia familiar: ela freqüentou a página impressa e obrigou gente da maior nobreza, cultora dos seus usos mais castiços da língua pátria, a participar do grande debate na arena popular, onde era preciso não soa fazer-se compreender, como também despertar as identidades, provocar as paixões.²⁸

²⁸ LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 36

Muitos jornalistas usavam o recurso da oralidade, escreviam como falavam e faziam constantemente o uso de jargões. Um grande exemplo desse estilo de jornalismo era o *Macaco Brasileiro*, publicado entre os anos de 1821 e 1823. Como explica Isabel Lustosa²⁹:

era escrito num português extremamente singular, que faz lembrar o texto modernista do *Macunaíma* de Mário de Andrade. Seu personagem, malandro, esperto, ladino, a clássica representação de macaco, aparece em cada um dos números como protagonista em aventuras narradas pelo próprio, com um bem-humorado sentido crítico da realidade. Apresentando-se como o “único meio que o Redator descobre para poder com as suas limitadas forças ser útil ao público”

Os redatores do *Macaco Brasileiro* escreviam de forma tão original que, muitas vezes, seu entendimento era incompreensível. A seguir trecho do jornal³⁰:

Exaqui o Simão, falando; de casa posta e com seu modo de vida, como gente; não duvidando de dar-se com seus amos, se eles quiserem, mas não tratado como macaco do mato em cepo; tudo se faz à boa mente mas não escarapetiando. (...) Meus amigos, sou macaco velho, calejado por natureza e por experiência. Preso ao cepo há anos e correndo de mão em mão, muito havia de aprender à minha custa e também imitando ou fazendo o que via, mexi livros e ouvindo coisinhas

Mas o estilo de linguagem do jornal incomodava muito alguns redatores e, por esse motivo, o *Macaco Brasileiro* sofreu duras críticas. O principal jornal opositor era o *Papagaio*, jornal escrito por Luís Moutinho Alves e Silva, homem extremamente culto que posteriormente se tornaria o Secretário dos Negócios Estrangeiros nos Estados Unidos. Esse jornalista, assim como a maioria deles, temia as consequências da forma de escrever utilizada pelos redatores do audacioso jornal. Acreditavam que tal linguagem poderia gerar no exterior uma imagem negativa do Brasil, extremamente contrário ao trabalho dos jornalistas de criar uma imagem positiva para este.

Os jornalistas do *Macaco Brasileiro* eram liberais e muito pouco se importavam com a crítica feita a eles. Pretendiam com o estilo mostrar uma realidade brasileira de

²⁹ Idem, p.37

³⁰ MACACO BRASILEIRO apud LUSTOSA, Insultos, op.cit, p.38

mistura racial que não poderia ser escondida e que representava de fato o que era o Brasil.

Nesse período, a ausência de regras para o jornalismo brasileiro e seu caráter ainda embrionário, fez com que a imprensa brasileira experimentasse diversos estilos, cada um tentando de diferentes maneiras expressar melhor suas idéias e conquistar novos adeptos.

Como ficará mais claro a seguir, a imprensa brasileira teve papel ativo no contexto da independência do Brasil. Esta encontrou e se desenvolveu em um momento onde a indefinição sobre os rumos político e econômicos afligiam a população. Os jornalistas cumpriram o que prometeram educando a população através da defesa dos diferentes projetos políticos. Não mediram esforços para tal situação e muitos chegaram as últimas conseqüências.

4. *A Influência e a importância de Imprensa na Independência do Brasil*

Falamos anteriormente sobre a vinda da corte portuguesa para o Brasil motivada pelas invasões napoleônicas. A chegada destes no Brasil mudou, e muito, a vida dos que aqui viviam e também dos cidadãos portugueses. Muita infra-estrutura foi trazida ao Brasil, promovendo o desenvolvimento deste e, principalmente, sua autonomia econômica. Posteriormente, em fevereiro de 1815, o Brasil foi elevado a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, deixando oficialmente de ser colônia, conhecendo também sua autonomia política.

A permanência da corte no país acarretou de forma considerável as tributações sobre a população brasileira. Essa situação somada a vontade de liberdade e as precárias condições do nordeste, motivaram algumas revoluções, como por exemplo, a Insurreição Pernambucana em 1817.

Entretanto, pode-se dizer que em geral os brasileiros estavam satisfeitos com a atual situação. Dom João VI compartilhava esse sentimento uma vez que só aqui ele era rei integralmente e se conservava a uma distância segura dos atos dos franceses e da tirania do governo.

Tento o Rio de Janeiro como sede da corte portuguesa, o Brasil se tornou um Império gigantesco onde este dava as ordens, e Portugal era uma simples regência subordinada a influência do chefe do Exército, Marechal John Beresford, que após a queda de Napoleão Bonaparte assumiu o comando de Portugal que não tinha um monarca presente.

Com o objetivo de acabar com o domínio inglês, e motivados por uma grande crise econômica, foi criado em janeiro de 1818, na cidade do Porto, o Sinédrio, associação secreta destinada a promover no país uma revolução liberal.

Essa situação e a difusão intensa dos ideais iluministas determinaram a eclosão, na cidade do Porto, em 1820, de uma revolução liberal. A luta anti-absolutista ganhava força na Europa e os princípios constitucionais eram proclamados em vários pontos do continente. Em Portugal, os rebeldes do Porto decidiram pela convocação das Cortes, assembléia encarregada de redigir uma Constituição para Portugal. Ao mesmo tempo, exigiram o imediato regresso de D. João VI a Portugal.³¹

³¹ VICENTINO e DORIGO, *História do Brasil*, São Paulo, Scipione, 1997, p.159.

No dia da proclamação da Revolução do Porto já se pedia a convocação das Cortes para que fosse elaborada uma constituição. E, no dia 11 de novembro, chegou a Dom João VI a notícia da revolução e das pressões para sua volta a Portugal.

As Cortes criadas pelos portugueses eram compostas por 205 deputados eleitos em todo Império Luso, sendo permitido ao Brasil apenas 70 deputados, mas apenas 50 destes se apresentaram. A eleição para os deputados brasileiros foi feita através de juntas governativas espalhadas pelas capitanias que se tornaram a partir de então províncias.

Pode-se dizer que inicialmente a grande maioria dos brasileiros era a favor da revolução do Porto, viam com bons olhos a permanência da união do Império Luso, como uma perspectiva para o progresso. Posteriormente, com o desenrolar da revolução foi percebendo-se a verdadeira intenção dos portugueses de rebaixar novamente o Brasil à colônia. Ao longo deste tópico, analisaremos como qual foi o papel desempenhado pela imprensa brasileira no desenrolar do processo.

A separação entre Brasil e Portugal foi resultado de um longo processo onde muitas mudanças ocorreram em seu desenrolar. As condições políticas evoluíram, as opiniões se tornaram cada vez mais divergentes e, enfim, os problemas apareceram.

Como já foi dito anteriormente, no início do processo não se pensava na separação do império luso. Entretanto, isso não significa que todos os atores do movimento pensavam de maneira uniforme. Pode-se dizer que eles se dividiram em dois grupos: os conservadores e os liberais.

Os conservadores eram em sua maioria, indivíduos formados na Universidade de Coimbra em leis e cânones. Em geral, já haviam servido ao Estado no Brasil ou em Portugal. Fazia parte deste seletor grupo homens como José da Silva Lisboa, Hipólito da Costa e José Bonifácio. Como afirma Lúcia Bastos³² eram

Imbuídos de um ideal reformador, esses jovens estavam mais identificados com a idéia de um grande império luso-brasileiro do que com o separatismo político. Na mesma linha de d. Rodrigo de Souza Coutinho, buscavam mudanças inovadoras, mas ao mesmo tempo queriam conservar o espírito das antigas estruturas econômicas-sociais. Considerados por alguns como

³² BASTOS, op.cit, p.51

conservadores, temiam o curso que adotara a França, mas não deixavam de simpatizar com o ideário de um liberalismo moderado, que conservava a figura do rei como representante da Nação, mas negava que a soberania pudesse residir no povo.

Já os mais liberais, nomeados por Hipólito da Costa como a elite brasiliense, eram formados principalmente por aqueles que haviam nascido no Brasil. Sua principal ponte de contato com o mundo externo era a imprensa e, em geral, não haviam freqüentado a universidade. Compunham esse grupo muitos sacerdotes, médicos e alguns poucos freqüentadores de Coimbra. Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo e Cipriano Barata foram alguns dos principais nomes de importância do grupo.

Homens de ação, mais abertos às novas idéias do pensamento francês assimilado com a leitura dos livros proibidos, porque menos doutrinados por vias formais, defendiam posturas mais radicais, acabando por transformar-se, em finais de 1821, naqueles que identificavam a pátria com o lugar em que tinham nascido ao qual deviam prestar principal lealdade, ao invés de fazê-lo ao império luso-brasileiro. Foram os ideólogos do separatismo brasileiro.³³

Apesar de ambos se basearem no Iluminismo Português seguiram para caminhos opostos. Os conservadores prezavam a reconstrução do império luso sobre as bases do constitucionalismo e com um centro político claramente situado em Portugal, mas sem trazer retrocessos para o Brasil. Já os liberais, inicialmente, apostavam na manutenção da unificação, desde que isso não significasse danos para o país quanto à liberdade e à igualdade dos direitos.

Nelson Werneck Sodré divide a questão do processo que culminou na separação entre Brasil e Portugal em dois pontos que esclarecem a complexidade da fase política: Independência e Liberdade. Para ele, alguns queriam somente a independência do Brasil com o objetivo de não retroceder ao pacto colonial, enquanto outros almejavam muito mais a liberdade, o direito de participação do povo, sem que houvesse para isso a separação do império Luso.

Entretanto, ao longo do processo, os pontos divergentes se convergiram.

³³ Idem e Ibidem

tudo indica que os dois pontos se confundiram, com o passar dos tempos: a luta pela Independência seria, naturalmente, a luta pela liberdade. É claro que a Independência seria, naturalmente, a luta pela liberdade. (...) E aconteceu assim porque as forças que colocavam em primeiro lugar a Independência prevaleceram sobre aquelas que colocavam em primeiro lugar a liberdade. (...) Tratava-se da luta contra o absolutismo; tratava-se, portanto, do problema da liberdade; não se tratava do problema da independência.³⁴

Uma das primeiras medidas tomadas pelos militantes da Revolução do Porto foi ordenar a volta de Dom João VI para Portugal. Os fiéis ao rei tiveram suas opiniões divididas. Alguns defenderam a ida do filho mais novo de Dom João, D.Miguel, outros defenderam a ida do próprio rei para conservar o Brasil e uma grande maioria que propunha a ida de D.Pedro. Entretanto, D.João permanecia relutante. Queria permanecer no Brasil, preservar a união dos reinos, da dinastia e do poder.

Em meio a uma grande confusão de opiniões divergentes começou a circular pelo território fluminense um folheto anônimo produzido pela Impressão Régia. Este sobre o título de *“Le Roi et la famille Royale de Bragance doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil?”* causou tanta a agitação com suas declarações bombásticas que foi recolhido no mesmo dia. O folheto veio com seis razões que provavam a necessidade da permanência da família real no Brasil. De acordo com Isabel Lustosa³⁵

Nas ditas razões estavam reunidos os mesmos argumentos de Tomás Antônio: Portugal é que precisava do Brasil, ao passo que esta não tirava nenhuma vantagem da união; a partida da família real seria o prelúdio da independência; se ficasse no Brasil, o rei poderia conservar íntegra a sua autoridade, fundando aqui um império de bastante peso na política do mundo; o vôo revolucionário de Portugal se afrouxaria, ficando o rei em suas mãos; a melhor posição para o rei, em presença dos fabricantes da Constituição, era aquela mesma em que a providência o colocara, desviado do foco da sedição senhor da parte mais florescente e importante do Império; em caso, o rei poderia a qualquer momento mudar de idéia e ir. Não precisava se precipitar.

³⁴ SODRÉ, op.cit, p.48

³⁵ LUSTOSA, Insultos..., op.cit , p.88

A autoria do folheto ainda permanece desconhecida. Inicialmente foi atribuído a João Severiano Maciel da Costa e posteriormente ao publicista Silvestre Pinheiro. Como na correspondência de Tomás Antônio ao rei a autoria do folheto foi atribuída F.Caille de Geine, o panfleto ficou conhecido como Panfleto de Caillle.

Pode-se dizer que as ideias contidas no folheto eram as mesmas de D.João e de seu principal ministro Tomás Antônio: defender a supremacia do Brasil como residência da corte e centro administrativo do império português.

Segundo afirma Isabel Lustosa³⁶

as idéias expressas no folheto de Caille eram as do rei e do seu principal ministro, e que, naquele momento de febre revolucionária, os dois, avessos a consultas populares, viram-se tentados a se valer do estratagema. Escudados naturalmente na popularidade que de fato tinha o rei no Rio de Janeiro, apostavam na possibilidade de que as pressões daqui neutralizassem as portuguesas e D.João, como tanto desejava, se visse obrigado a ficar.

Certamente, podemos afirmar que a manifestação do Folheto de Caille acerca da volta do rei para Portugal, foi o ponto de partida para a prática que se tornou tão comum no Brasil no período da Independência: a manifestação de opiniões através da palavra impressa.

O folheto de Caille abriu a torneira para as publicações do gênero. Curiosamente, uma publicação impressa com o jargão do rei iniciava a prática da imprensa de participação. O fato de ser o mesmo texto atribuído a um cidadão comum estimulava também aos demais. Era a confirmação da liberdade de imprensa. Qualquer um, no novo sistema, poderia vir a público dar o seu palpite na condução dos negócios do Estado.³⁷

Foi por causa dessa prática que José da Silva Lisboa, criticou duramente a liberdade de imprensa, mostrando que esta estimulava a qualquer um falar o que bem entendesse podendo prejudicar seriamente as ações do governo.

Após a Revolução do Porto algumas agitações populares começaram a ocorrer no Rio de Janeiro, sendo as primeiras entre os dias 26 a 27 de fevereiro de 1821. Essas tiveram como foco principal a resistência de D. João em jurar a Constituição que estava

³⁶ Idem, p.90

³⁷ Idem, p.92

sendo feita em Portugal, uma vez que este havia assinado decreto no dia 23 do mesmo mês, convocando Cortes para o Rio de Janeiro. Tal situação não agradava a maioria da população que ainda desejava a permanência da união entre Brasil e Portugal.

Grupos contrários a separação se reuniram no dia 26 de fevereiro com o intuito de forçar D.João a jurar a Constituição Portuguesa e a demitir seu ministério. Entretanto, D.Pedro I, convidado por um padre chamado Francisco Romão de Góis para assumir a liderança, diluiu o movimento com a leitura de um decreto que anulava o do dia 23 de fevereiro, acalmando assim os ânimos dos revoltosos. Certo jornal, chamado *o Amigo do Rei e da Nação*, criado um mês depois, descreveu a ação do príncipe.

O Inimitável Príncipe Real, instruído de que algumas tropas, no silêncio de alta noite, começaram a reunir-se no largo do Rossio, não hesita, não lhe importa o crítico de tais instantes, e só e inerme (Ele desconhecia os seus Vassalos, nem de armas precisa quem tem um defensor em cada português honrado) voa à frente delas que, entre mil vivas o recebem: então inquire quais são os seus desejos; e mal os sabe, mal conhece que os mesmos são os da Nação inteira, torna-se o intérprete do coração paterno, ao qual foi sempre o mais caro dos interesses formar a ventura dos seus povos; segura-lhes o êxito apetecido e correndo à Quinta Real da Boa Vista, volta em curtos instantes e traz consigo o Decreto Augusto que autentica a sua promessa e Real benevolência.³⁸

A declaração desse jornal dá uma mostra de como seria o estilo de jornalismo aplicado no Brasil no período em questão, repleto de elogios ou críticas, e com opiniões claramente expostas.

Acalmadas as agitações, no dia 27 de fevereiro, o rei D.João finalmente jurou a Constituição Portuguesa, juntamente com D.Pedro e Dom Miguel. A população que o aguardava do lado de fora do palácio, recebeu com eufóricos aplausos a notícia.

Para completar tantas venturas ainda faltava a presença do Soberano: o povo arde por mostrar-lhe o seu reconhecimento ; eis que o Príncipe, o nosso jovem herói parte a ir busca-lo e logo que aparecem o entusiasmo se multiplica, e o Soberano é conduzido, como em triunfo ao Régio Paço, em frente do qual também desfila a tropa.³⁹

³⁸ AMIGOS DO REI E DA NAÇÃO apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 93.

³⁹ Idem, p. 94

Entretanto, a calma de D.João não reinou por muito tempo. No dia 7 de março chegou de Portugal, ofício datado do dia 15 de janeiro que ordenava a volta de do rei a Lisboa e reclamava a presença de representantes do Brasil para a realização da Constituição. Sendo assim, anulou-se a reunião das cortes especiais no Brasil e estabeleceram-se eleições para a escolha dos deputados brasileiros que participariam das Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa.

Ao ver-se sem saída, D.João VI mandou publicar quatro decretos, sendo um deles o que dispunha acerca da forma e dos poderes que poderiam ser exercidos pelo príncipe regente após a partida do rei, o que marcava definitivamente a autonomia do país.

Ficava o príncipe com o direito de conferir cargos, postos e condecorações. Estava autorizado até, em caso urgente, a fazer a guerra ou a admitir tréguas. D Pedro deliberaria com o auxílio de quatro ministérios, do Reino e do Negócios Estrangeiros, da Guerra, da Marinha e da Fazenda. O Ministério do Reino e dos Estrangeiros ficou com D.Diogo de Meneses, o conde dos Arcos, que já exercia grande influência sobre o príncipe, então com 22 anos. Em caso de morte de D.Pedro, governaria a princesa, com um conselho de regência.⁴⁰

A elaboração de tal decreto foi uma forma encontrada por D.João para garantir o domínio da família Bragança no Brasil. Sem ter mais como fugir da sua volta para a terra natal, no dia 26 de abril de 1821 ele parte rumo a Portugal.

Após a partida do rei, muita coisa começou a mudar. Aos poucos foi se percebendo as verdadeiras intenções dos portugueses com o Brasil. Juntamente com essas transformações de ordem política, foi se transformando também o caráter da imprensa. Os jornalistas que por muito tempo pregaram a união entre Brasil e Portugal, passaram a se esmerar na defesa da separação. De certa forma, D.Pedro I era para o povo brasileiro uma possibilidade de atingir seus interesses separatistas, ainda que tivessem formas de pensar diferentes.

Por esse motivo, muitos jornalistas transformam suas linguagens com o claro objetivo de conquistar a opinião do povo, do ministério e principalmente do príncipe regente. Os redatores cada um com seu estilo e posição política, debatiam idéias e

⁴⁰ LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.98

questões constitucionais, mas tinham como principal objetivo conquistar a confiança e simpatia do seu público-alvo D. Pedro I.

Dependendo do caráter do jornal, tinham também como público-alvo a pequena classe média, como donos de escravos fugidos, pequenos proprietários e negociantes, professores entre outros.

Durante o ano de 1821, todos os jornais tinham caráter político, excetuando a *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum*, *Jornal de Anúncios* e o *Volantim*. O primeiro, escrito por José da Silva Lisboa, tinha como objetivo promover a criação de “Campanhas Domésticas dos Homens de Letras”. O segundo, como o nome já indica era voltado para a publicidade. E, por último, o *Volantim* que apresentava caráter misto, publicando assuntos ao mesmo tempo em que fazia também pequenos comentários políticos.

Após 1821, apenas o *Diário do Rio de Janeiro* não participaria do intenso debate político que se envolveu a imprensa nacional. Este foi criado em junho de 1821 e jamais opinaria sobre as questões políticas da época. Seu caráter omissivo não o livrou das duras críticas dos demais jornalistas que o chamavam de “jornal de compra e venda”, uma vez que acreditavam ser este um jornal sempre partidário ao governo.

Pode se dizer que José da Silva Lisboa foi o primeiro brasileiro a publicar um jornal de sua propriedade. Em 1º de março de 1821, em meio as tensões da volta de D. João para Portugal, criou o *Conciliador do Reino Unido* passando a entrar em cena como um dos maiores polemistas do período em questão. O jornal, grande aliado D. Pedro I, saiu em sete números, no formato in-quatro e circulou até dia 28 de abril de 1821. Em seu primeiro número, deixou claro suas preferências referindo-se a D. Pedro como “amável, ínclico e heróico”. Como já foi dito anteriormente, foi através do *Conciliador do Reino Unido*, que José da Silva Lisboa atacou veementemente a liberdade de imprensa julgando-a como “mal do século” capaz de destruir a boa ordem dos Estados. Visconde de Cairu, como também era conhecido o jornalista, foi um homem de grande importância no período estudado, agindo sempre não só como um defensor da Coroa, como também da integridade nacional. Isabel Lustosa descreve as ações de Cairu

Mas sua atuação agressiva e realmente decisiva nos episódios que resultaram no Fico e, logo em seguida, a verdadeira batalha que

enfrentou contra os jornais e panfletos do que chamou de “facção gálica” não permitem duvidar da sinceridade dos seus propósitos. Cairu foi nessa fase não só um defensor da Coroa, mas também da integridade do Brasil. Num momento particularmente delicado, ele se manifestou corajosamente contra as forças portuguesas.⁴¹

Quinze dias depois do lançamento do *Conciliador do Reino Unido*, cômego Francisco Vieira Goulart lança *O Bem da Ordem*. Este se apresentou em 10 partes e durou de março a dezembro de 1821. Pouco tempo depois mais um jornal aparece em território nacional, *O Amigo do Rei e da Nação*, criado por Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva.

Conciliador do Reino Unido, *O Bem da Ordem* e *O Amigo do Rei e da Nação* compõem o grupo que pleiteavam o rei. Os três visavam a permanência de D.João no Brasil bem como a manutenção do império luso-brasileiro. Eram escritos por pessoas que ocupavam cargos públicos ou eram conhecidos destes. O próprio Visconde de Cairu era membro do conselho de censura da Imprensa Régia.

Apesar de nitidamente favoráveis a família real, distinguiam-se da *Gazeta do Rio de Janeiro* uma vez que se arriscavam em fazer discursos políticos e especulações futuras sobre o destino do Reino Unido, da família real e do regime liberal. O trecho a seguir do *Amigo do Rei e da Nação* comprova o caráter político desse jornal.

O público que, por justos motivos, existia queixoso, e talvez indignado, agora que a verdade já não é crime, agora que a verdade já pode intrépida avizinhar-se do trono, o Soberano conhecerá cada vez mais, que esta linguagem raras vezes tocou nos Seus ouvidos.⁴²

Pode-se dizer que os três jornais citados acima tinham caráter conciliador e de pregação de uma boa ordem.

Eram jornais bem-comportados, que se propunham a educar o povo para o futuro constitucional que se avizinhava. Foram eles que, junto com a igualmente bem-comportada *Gazeta do Rio de Janeiro*, deram o tom da imprensa no primeiro semestre de 1821. A imprensa que acompanhou a agonia do rei, defendendo-se da

⁴¹ LUSTOSA, Insultos..., op.cit .p.110

⁴² AMIGO DO REI E DA NAÇÃO apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 102.

pressão das Cortes e de Palmela para que regressasse a Portugal.⁴³

Vale lembrar que apesar desses jornais serem partidários do governo, não só eles tentavam conquistar o apoio do príncipe. Muitos outros periódicos, nem sempre favoráveis ao governo, viam em D.João um herói, um homem que adotou a pátria brasileira com se fosse sua e que seria capaz de tudo para defender os interesses brasileiros, mesmo que para tal fosse necessário brigar com seus conterrâneos. Um grande exemplo deste caso é o *Revérbero Constitucional Fluminense*, um jornal extremamente oposicionista, mas que em um único artigo classifica o rei como “nosso saudoso rei”, “nosso bom rei”, “rei pacífico” e “rei justo”.

Com o retorno de D.João as coisas se complicaram para o Brasil. Enquanto ainda estavam sendo eleito os deputados que participariam da Constituinte em Portugal, os deputados portugueses começaram a tomar uma série de medidas prejudiciais ao Brasil sem que seus deputados brasileiros estivessem ali para impedi-las. Uma das medidas tomadas pela corte foi eleger uma junta provisória para cada província. Cada província teria uma tropa que ficaria subornada a um governador de armas, que por sua vez obedeceria diretamente aos mandos e desmandos da Corte Portuguesa. Tal lei reduziria consideravelmente o poder do príncipe regente, que se tornaria apenas governador do Rio de Janeiro.

Durante muito tempo, os deputados brasileiros que chegavam a Portugal tentaram anular as leis criadas antes de suas chegadas e criar decretos que beneficiariam o Brasil. Seus esforços eram constantemente em vão, e cada vez estava mais claro para os brasileiros que o liberalismo português se referia apenas à metrópole. Quanto mais nítido ficava a tentativa de recolonização, mais aumentavam os protestos dos liberais brasileiros por meio da recente imprensa nacional. Isto fica claro no trecho a seguir do jornal liberal *Revérbero Constitucional Fluminense*, que estudaremos mais detalhadamente no próximo capítulo:

Somos Livres, abraçamos a causa que se identificou com o nosso mesmo sangue: mas porque a abraçamos e com tanto entusiasmo, deveremos ser menos que éramos? Daremos calados tudo o que

⁴³ LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.102.

possuíamos até no sistema da nossa extinta escravidão, só porque se nos ensinou a ser livres?⁴⁴

Mesmo com a chegada da forte província de São Paulo, trazendo propostas de projetos para o Brasil aos moldes do pensamento de José Bonifácio, a antiga colônia permaneceu em franca desvantagem. Os deputados brasileiros lutaram não só contra os deputados portugueses, mas também contra a bancada brasileira do Maranhão e Pará, que visando seus próprios interesses se debandaram para o lado oposto. A batalha dos brasileiros e o início do desejo por independência eram constantemente narrados e discutidos nas palavras impressas.

Falemos claro: desde que os Estados Unidos declararam sua Independência, houve brasilienses que desejaram fazer o mesmo. Este Partido cresceu prodigiosamente; a mudança da Corte para o Brasil fê-lo retrogradar, porque cessaram com ela parte dos motivos. O desgoverno da nova Corte despertou aquela tendência adormecida, de que resultou o precipitado rompimento de 1817, sem que enfraquecesse com este malogramento; os acontecimentos principiados em 24 de agosto (de 1820, Revolução do Porto) paralisaram, e reduziram quase a nada aquele Partido, abrindo um caminho mais seguro, para a liberdade, a que todos os homens, e povos aspiram.⁴⁵

Até o momento, mesmo com a crescente idéia de separação entre Brasil e Portugal, os jornais mais liberais ainda falavam de laços entre os dois países. Entretanto, tal situação se reverteu em 11 de dezembro de 1821, quando foi publicado na Gazeta Extraordinária, o decreto de 1º de outubro de 1821. Este ordenava a volta de D. Pedro I a Europa e extinguiu os tribunais criados por D. João VI, o que significou a demissão de mais de dois mil funcionários públicos.

A partir desse momento os ânimos se alteraram no Brasil uma vez que a presença do príncipe-regente era a garantia de liberdade para o país. Por esse motivo, em 12 de dezembro de 1821, apareceu um jornal bastante incendiário no território do Rio de Janeiro. O folheto intitulado de *Despertador Brasiliense* pregava a sublevação contra as Cortes. Afirmava que esta era “ilegal, injusta e impolítica” e deixava claro as intenções colonizadoras de reduzir o Brasil a menos do que era durante o período dos vice-reis.

⁴⁴ REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 118.

⁴⁵ DIÁRIO DO GOVERNO apud LEITE, Insultos..., op.cit, p. 88.

Implorava pela permanência de D.Pedro I e argumentava que a força da razão reside na união de suas partes constitutivas. Para Isabel Lustosa, o *Despertador Brasiliense*, podia ser caracterizado da seguinte maneira:

Esse panfleto extraordinário, escrito de forma direta, forte e incendiária, é atribuído a José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu. Tido como reacionário, Cairu de fato reagia ao caráter daninho daquelas medidas. Fosse qual fosse sua posição política antes ou depois daquele momento, o *Despertador Brasiliense*, é sem sombras de dúvidas o primeiro grito de nossa independência.⁴⁶

A publicação desse jornal, que saiu apenas em uma única edição, coincidiu com um momento de muitas incertezas no país. Neste período, D.Pedro I estava cogitando a hipótese de obedecer aos decretos portugueses e retornar a Portugal. De certa forma, o folheto incentivava os brasileiros a desobedecer as ordens vindas da Corte e garantir a qualquer custo a permanência do príncipe-regente. Tal situação fica clara no trecho a seguir:

Vede, ó brasileiros, o que, em tal conjuntura melhor vos convém: se ficardes sujeitos, como dantes, a Portugal, onde seus representantes decidem de vossa sorte sem serdes ouvidos, ou pugnardes pela conservação dos vossos direitos, rejeitando quanto se tem determinado a respeito do Brasil, sem efetiva assistência de vossos deputados, como seria necessário, para se tornarem valiosa essas deliberações (...) Eis o momento em que deveis decidir-vos. Lançai mão dele: se o perderdes, não perderdes, não podereis jamais reavê-lo, senão com muito custo, ou talvez com efusão de muito sangue.⁴⁷

Após a circulação do *Despertador Brasiliense*, intensificou-se a campanha para que D.Pedro I permanecesse no Brasil. O *Revérbero Constitucional Fluminense* também lançou mão de uma convocação aos brasileiros por meio de uma correspondência do “Sacristão de Tambi ao estudante constitucional do Rio”, mostrando os prejuízos dessa Constituinte para os brasileiros.

Mas devemos nós também ver mudos e quedos lavrarem-se os atos da nossa nunca pensada degradação(...) Para quando guardaremos

⁴⁶ LUSTOSA, O Nascimento..., op.cit, p.25

⁴⁷ DESPERTADOR BRASILIENSE apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.125.

as nossas representações? (...) Quem cala, consente_ é preciso falar e falar muito e com energia. (...) Se a falta de empregos, disse com os meus botões, para muitos deles move as revoluções, como disse o economista inglês, tantos serão os empregados que se apearem, tantos os indivíduos de suas famílias, quanto os descontentes e por isso mesmo inimigos da boa ordem tão sinceramente esperada pelos que juramos a Constituição.⁴⁸

Foi a partir desse momento que começa o intenso movimento pelo Fico, onde lideravam a manifestação os seguintes jornais: *Revérbero Constitucional Fluminense*, *A Malagueta* e o *Despertador Brasiliense*.

Muitas manifestações foram feitas através dos jornais, cartas ameaçadoras e até mesmo abaixo assinados pressionaram de forma considerável o príncipe-regente. Este, sem nenhuma aparente saída, no dia 9 de janeiro de 1822, decide, ainda que receoso, que “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.”.

Poucos dias depois D.Pedro I pronuncia-se no jornal *O Espelho* sobre sua decisão.

Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a Nação Portuguesa e conhecendo que a vontade de algumas províncias assim o requer, demorarei a minha saída, até que as Cortes e Meu Augusto Pai e senhor deliberem a este respeito com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido.⁴⁹

A decisão do príncipe-regente provocou a ira das tropas portuguesas que estavam dispostas a levar D.Pedro I a qualquer custo de volta a Portugal. Entretanto, a atitude do príncipe uniu os brasileiros em sua defesa. No dia 12 de janeiro, o Rio de Janeiro se viu em estado de guerra. Mais de 10.000 pessoas, de todas as classes e com variadas formas de armamento, se enfrentaram contra a Divisão Auxiliadora, tropas portuguesas, com o intuito de garantir a permanência do príncipe. Durante vários dias reforços chegaram de Minas Gerais e São Paulo para combater a Divisão Auxiliadora.

Com o conflito ainda em eminência, no dia 4 de fevereiro de 1822, morreu João Carlos, príncipe de Beira, filho de D.Pedro e D. Leopoldina. Rapidamente, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, tratou de acusar as tropas portuguesas pela morte do menino e a convocar os cariocas a se vingarem pela morte do pequeno príncipe.

⁴⁸ REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 127.

⁴⁹ O ESPELHO apud LUSTOSA, Insultos..., op. cit, p. 132.

Justificava tal acusação através do argumento que D.Leopoldina se viu obrigada a fugir do Rio de Janeiro com o filho, de apenas onze meses, para se proteger das ameaças da tropa.

Marcharemos ao campo da honra, seremos coroados de louros, vingando a morte do sereníssimo príncipe da Beira, nosso patrício, nossa esperança, futuro rei da monarquia portuguesa. Ceifado em Flor, vítima inocente da mais escandalosa rebelião.⁵⁰

Sob pressão nacional, D.Pedro I, no dia 9 de fevereiro, intimida o comandante da tropa, que ao ver-se sem saída, embarca no dia 15 de fevereiro de volta a Portugal. A partida das tropas portuguesas foi um passo decisivo para a independência brasileira. A desobediência as ordens das Cortes Portuguesas mostrava os rumos que os brasileiro pretendiam traçar a partir de então.

O período entre o final de 1821 e o final de 1822 destacou-se pela primeira e intensa campanha da imprensa brasileira contra as medidas da corte portuguesa. Os deputados que se encontravam em Portugal usavam a imprensa nacional como uma retaguarda onde defendiam a unidade e a autonomia do país.

Entretanto, as forças que se uniram ao príncipe regente em prol do movimento que culminou no Fico, tornaram a se separar, cada uma mostrando qual seria o melhor caminho para a Independência.

Após a decisão de D.Pedro de permanecer no Brasil, a situação dos deputados brasileiros se complicou consideravelmente. O clima de hostilidade para com eles por parte dos deputados portugueses e do povo da galeria tornava a situação insustentável. Não era mais possível aos brasileiros discursar e exercer livremente os deveres relativos ao seu mandato. Certa vez um deputado enviou uma carta ao *Correio do Rio de Janeiro* contando o clima de guerra presente na Corte.

A rivalidade já passa a ódio, não só entre os Deputados de Portugal e Brasil, como entre o povo; as folhas já principiaram a achincalhar-nos, é visível a aversão que nos têm os brejeiros; em uma palavra a união do Brasil com Portugal é para mim já um prodígio.⁵¹

⁵⁰ REVÉRBERO CONSTITUICIONAL FLUMINENSE apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.134.

⁵¹ CORREIO DO RIO DE JANEIRO apud LUSTOSA, Insultos..., op. cit, p.140.

Pode-se dizer que os deputados brasileiros que defenderam a causa da independência na corte foram verdadeiros heróis. Cabia a eles defender os direitos conquistados pelo Brasil em um clima de intensa hostilidade. Brigaram em uma terra distante e com uma considerável inferioridade numérica, onde a grande maioria objetivava reduzir o Brasil novamente a uma colônia de Portugal.

Posteriormente ao episódio do Fico, em meio a uma grande crise, José da Silva Lisboa lança o jornal *A Heroicidade Brasileira*. No jornal ele saúda o príncipe regente e condena as tropas portuguesas, chamando-as de traidora.

A traição esteve à ordem do dia, mas o anjo custódio dos trópicos, excitou a nativa energia dos compatriotas, os quais cheios de brios dos avós, e do amor da Pátria, ostentaram uma atitude militar que aterrou, sob as ordens do herdeiro da coroa, alguns corpos portugueses, (quem creria!) que desafiaram a honra e o juramento das bandeiras lusitanas. Tomaram estes de noite em negra aleivosia as alturas do Castelo. Mas o telégrafo com uma reviravolta os expeliu do posto usurpado.⁵²

Entretanto, o jornal de Cairu não foi bem recebido pelo príncipe. Este considerou as declarações feitas pelo folheto como falsas e indiscretas, dando ordens para a suspensão de sua publicação. A mesma portaria relativa ao jornal em questão, suspendeu também o direito ao anonimato das demais publicações, determinando que não seria mais possível imprimir nada sem que o nome do responsável constasse no documento.

Antes do lançamento da *Heroicidade Brasileira*, José da Silva Lisboa já se dedicava a outro jornal. A *Reclamação do Brasil* surgiu no dia 9 de janeiro de 1822, no mesmo dia do Fico. Era publicada semanalmente, chegando a catorze partes, tendo seu último número no dia 23 de maio de 1822. Conhecido por seu caráter virulento e bajulador, Visconde de Cairu, nos treze primeiros números do jornal, analisou e criticou as medidas tomadas pela corte portuguesa, em um ato que mostra sua coragem.

Outro momento do contexto da independência do Brasil que comprova a influência da imprensa no processo, foram os movimentos acerca da Representação do Brasil que envolveu Gonçalves Ledo, redator de *Revérbero Constitucional Fluminense*, e principalmente, João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*.

⁵² A HEROICIDADE BRASILEIRA apud LUSTOSA, Insultos..., op. cit, p. 144.

No dia 18 de maio de 1822, o *Correio do Rio de Janeiro*, lançou uma campanha convocando os concidadãos brasileiros a irem a Tipografia Silva Porto, onde era produzido o jornal, para assinarem a *Representação do Brasil*. O documento, criado por iniciativa do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ponderava ao governo a necessidade de “Convocação de Cortes Brazilianas” ou “Assembléia Geral Representativa”, e fora redigido por

primeiramente, o jornalista Gonçalves Ledo. Em segundo lugar, o desembargador e presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira. Em terceiro lugar, o padre Antônio João Lessa. Em quinto, o jornalista libertário já referido, João Soares Lisboa. E em sexto lugar, o desembargador Bernardo José da Gama.⁵³

Ao assinarem a *Representação do Brasil*, os brasileiros deveriam deixar claro também, se eram favoráveis as eleições diretas ou indiretas para a Constituinte. Os organizadores do movimento conseguiram seis mil assinaturas, a favor das eleições diretas, que foram levadas, juntamente com seus projetos, a D. Pedro no dia 23 de maio de 1822.

Assim que publicado, o documento gerou um intenso clima de tensão no Brasil. Circulava pelo Rio de Janeiro o boato de que o próprio príncipe-regente havia ficado insatisfeito com a *Representação do Rio de Janeiro* e que não queria Cortes Nacionais no Brasil. Muitos eram os motivos que explicavam a oposição do príncipe, a começar pelo teor das reivindicações.

Em oito itens era solicitado ao príncipe regente 1º) uma “Assembléia Geral das províncias” com no mínimo cem deputados, 2º) com sessões públicas para preservar a união do Reino Português em “justas condições”, através de 3º) alterações, reformas e emendas da Constituição que se fazia em Lisboa. 4º) Ela exercia o poder legislador. 5º) Poderia instalar-se com 2/3 do número total dos deputados. 6º) Enquanto esperava-se as “províncias ainda não coligadas”, vigoraria o artigo 21 das “Bases”. 7º) A “Assembléia” se entenderia por escrito com as Cortes de Lisboa sobre a “união” com Portugal, que o Brasil desejava conservar. 8º) O lugar do seu funcionamento seria a “Sede da Soberania Brasileira”.⁵⁴

⁵³ LEITE, João Soares Lisboa, jornalista do Império, p.1.

⁵⁴ Idem, p.2.

Além da forma como havia sido elaborado o documento, irritava também ao príncipe-regente, a idéia do voto direto levantada pelo *Correio do Rio de Janeiro*.

O clima de tensão começou a piorar quando José da Silva Lisboa publicou poucos dias depois a *Reclamação do Brasil Parte XIV*, criticando a Constituinte, a Representação do Brasil e seus autores. Defendia que a convocação de uma Constituinte era uma iniciativa “inopinada e prepostera”, um plano “anômalo, cerebrino e extravagante”.

Assim desadorno, clamo, e protesto, contra o *projeto* anticonstitucional e incendiário, de sedução Popular, e de tremenda responsabilidade, anunciado no = *Correio (do Rio de Janeiro)* = e ora corrente pelo Prelo, com título de *Representação a S.A. R* por via do Senado da Câmara.⁵⁵

Para discutir sobre a tensa situação que se instalou no Rio de Janeiro após a Representação do Brasil, no dia 29 de maio de 1822, João Soares Lisboa e Gonçalves Ledo se encontraram na Tipografia de Silva Porto. O redator do *Revérbero Constitucional Fluminense* alertou ao redator do *Correio do Rio de Janeiro*, sobre os boatos que corriam na cidade sobre a publicação da *Reclamação do Brasil Parte XIV*. Dizia-se que José da Silva Lisboa foi levado a escrever tal edição por influência de assessores do príncipe, que objetivavam satisfazer um desejo do mesmo.

Nessa mesma noite, João Soares Lisboa, foi visitado pelo Marechal Lino de Moraes, que trazia um recado do príncipe de que gostaria de desfazer os boatos que ligava seu nome a *Reclamação do Brasil Parte XIV*. A fim de esclarecer qual versão seria a verdadeira, o redator do *Correio do Rio de Janeiro*, apoiado por Gonçalves Ledo, escreve uma carta a D. Pedro cobrando uma clara posição.

Senhor, falemos claro, ou V.A.R quer representação Nacional no Brasil, ou não quer? No 1º caso, pode V.A.R contar com um defensor denodado de seus direitos; no 2º, não posso servir a V.A.R., e atrevo-me a afirmar-lhe que perde para sempre, (...) Nunca V.A.R. verá escrito meu servilismo; deixei de ser vassalo, não voltarei à escravidão; se os portugueses se deixarem avassalar,

⁵⁵ Idem e Ibidem

deixarei de ser português, e buscarei em terra estranha a augusta liberdade (...)⁵⁶

A carta chegou as mãos de D.Pedro no dia 30 de maio de 1822 e foi utilizada para abrir um processo contra João Soares Lisboa, acusando-o por crime de injúria atroz. Entretanto, apesar de correr por meses, o processo contra o redator nunca chegou a ser levado a júri.

No entanto, os problemas relacionados a criação de uma Constituinte não se encerrariam ali. No dia 3 de junho de 1822, após dar posse a três procuradores que compunham o Conselho dos Procuradores Gerais da Província do Brasil, D.Pedro finalmente convoca a Constituinte Brasileira. Essa seria feita a partir de eleições indiretas, contrariando assim o que foi escolhido pelo povo na Reclamação do Brasil.

Contra a atitude do príncipe-regente, João Soares Lisboa se manifestou de forma radical. “Quem autorizou S.A.R. para mandar o contrário daquilo que lhe representaram os povos desta província?”⁵⁷. Tal declaração do redator do *Correio do Rio de Janeiro* custou a esse mais um processo, agora sobre o crime de abuso de liberdade de imprensa.

Por ocasião do processo contra João Soares Lisboa, decidiu-se que seria criado um novo decreto para a imprensa. Nesse, sob forma de portaria, ficou estabelecido que se abonaria as sanções relativas aos abusos contra a religião e os bons costumes, mas que se manteria sobre os abusos contra o Estado, alegando que a imprensa poderia disseminar idéias incendiárias e sem fundamento que poderiam atrapalhar os planos do Governo.

O processo contra o jornalista João Soares Lisboa contribuiu para aumentar seu prestígio. Durante todo o período de espera do julgamento, inúmeras cartas chegaram ao jornal com apoio e incentivo ao redator, para que continuasse fiel a verdade e aos seus princípios. No dia 1º de agosto de 1822, Soares Lisboa foi levado a júri, sendo absolvido de todas as acusações.

A importância de João Soares Lisboa no período da independência não termina por aí. O redator do *Correio do Rio de Janeiro* também foi responsável por estimular os brasileiros a participarem das eleições na Câmara. Estes, segundo Lisboa, encontravam-se em estado de melancolia depois das eleições indiretas da Constituinte. Através do

⁵⁶ LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.201 e 202.

⁵⁷ Idem, p.216.

periódico, João Soares Lisboa estimulou a participação nas eleições, indicou candidatos e alertou sobre os perigos do despotismo.

Se deixarmos os que seguíamos esta opinião, a nossa causa, causa da Nação, entregue aos inimigos da sistema, aos indiferentistas, o mesmo que egoístas, ou aos menos vigilantes, qual será o resultado? Teremos sim representantes, mas da escolha dos anglo-maniacos, ou servis. E que se pode esperar dessa qualidade de gente? Um único meio há para obstar, ou remediar esse mal e é sacrificar cada um dos bons cidadãos o seu justo ou injusto ressentimento a bem da causa pública, do interesse geral, do seu próprio interesse de liberdade.⁵⁸

Durante o período que antecedeu a independência brasileira, diversos jornais alcançaram grande importância no contexto. Muitos com seu caráter opositor ao governo já foram citados neste capítulo e terão uma análise mais detalhada no próximo capítulo. Entretanto, um jornal da situação também teve papel fundamental e polêmico durante o período: *O Espelho*.

No dia 1º de outubro de 1821, o ex-redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*, Ferreira de Araújo, lançou seu próprio jornal denominado de *O Espelho*. O jornal tinha como único redator, seu fundador que vinha de quase dois anos de experiência na profissão, tanto trabalho no jornal oficial e na publicação conhecida como *O Patriota*.

Pode-se dizer que tal jornal apresentava os artigos mais insultuosos do período e contava com a colaboração de D. Pedro em forma de artigos. Não é possível classificar qual seria o comprometimento político do *O Espelho*. Seu redator não era um defensor fervoroso do governo nem muito menos um liberal. As ideias expostas no jornal seguiam as orientações pessoais de seu redator e, posteriormente de José Bonifácio, não conhecendo assim nenhum princípio político como os demais jornais importantes do período. Existe a possibilidade do jornal ter sido criado para atender a demanda de um jornal que se posicionava mais a favor do príncipe e repudiava as ideias dos concorrentes.

Durante a sua existência *O Espelho* se envolveu em diversas brigas com outros jornais. A primeira polêmica que participou foi também a primeira de muitas brigas que fariam parte da vida da imprensa no Brasil.

⁵⁸ CORREIO DO RIO DE JANEIRO apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit , p.223.

Certa vez, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, publicou uma carta assinada por “Constitucional de fato e de direito”, sob o título de “Diálogo político e instrutivo entre os dois homens da roça André Raposo e seu compadre Bolônio Simplicio, acerca da bernarda do Rio de Janeiro e novidades sobre a mesma”, criticando de forma generalista *O Espelho*. Em resposta a acusação, “André Raposo” pseudônimo utilizado pelo redator do folheto atacado, publicou na décima terceira edição do jornal, artigo dizendo que as críticas feitas pelo concorrente não passavam de críticas injuriosas contra sua pessoa e que julgava saber melhor sobre a Constituição do que o opositor que se auto denominava “Constitucional de fato e de direito”.

V.M. está mais em estado de receber conselhos que os de dar. E a sua refutação não é nada mais que um aranzel de chocarrices, que não se ocupou senão de frioleiras, injúrias e ditérios, fazendo-se digno de ser flagelado com palmatoadas (...). Roça, 1º de novembro de 1821.⁵⁹

O ataque entre os dois jornais continuou por diversos números. Muitas vezes chegavam a assumir um caráter mais humorístico do que de validade política. Tal situação fica clara na edição do *Revérbero Constitucional Fluminense* que encerra a polêmica. Nessa edição, o “Constitucional de fato e de direito” promete não mais responder a André Raposo independente do que ele disser, uma vez que considera estar persuadido que tal discussão não interessa ao povo brasileiro, que merece que seus redatores escrevam sobre outras naturezas naquele momento tão decisivo. Encerra a discussão com uma anedota.

Certo empresário tinha um preto por nome André, que campava de espertalhão e entendedor. O empresário consultava o tal capadocio sobre as pessoas que poria em cena e mais concurso atrairiam, o André dava o seu voto e o empresário observava à risca: mas eis que à noite ninguém concorria ao teatro! Dizia mui triste o empresário voltando-se para o conselheiro: Vem cá André: tu já viste algum André que não diga asneira?⁶⁰

A reposta do redator do *O Espelho* ao *Revérbero* foi bastante agressiva e deixou claro o caráter semi-oficial do folheto.

⁵⁹ O ESPELHO apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 151.

⁶⁰ REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE apud LUSTOSA, Insultos..., op. cit, p. 153.

Posteriormente, *O Espelho* se envolveu em uma discussão com a Malagueta, após publicar carta de um leitor se intitulando como “Patriota Constitucional”, criticando a paralisia dos redatores dos periódicos na cerimônia do dia do Fico. A partir desse momento, começou a polêmica mais longa e verbalmente virulenta da imprensa no período. Os ataques duraram por diversos fascículos e foram consideravelmente fortes e intensos como ficará claro a partir dos trechos a seguir:

O senhor ou senhora Malagueta diz que eu estou de posse de relatar em grande quanta festa, procissão, bandos ou batuques há nesta cidade. Folhee logo o dicionário (trabalho que me dá muitas vezes o Sr. Malagueta) e não achei a palavra *batuque*. Fiquei desesperado de que um sábio e sapientíssimo, que não é da terra dos pretos (nem dos macacos) empregasse um semelhante termo acerca das festas tão solenes, como aclamação, casamentos, batizados e enterros de pessoas reais. (...) Ora pois, senhor sabichão da língua portuguesa (que nos tem brindado com termos tão mimosos) explique, quando houver lugar na sua interessantíssima folha, o que é *batuque*, (...) para que eu faça idéia assim da palavra como da infinita destreza do Sr. Redator.⁶¹

Mui particularmente peço ao Sr. Redator do *Espelho* que, como militar e homem de honra, deverá ter reconhecido, que o seu nº27 me deu ocasião de divisar, que ele deseja acreditar-se à minha custa e à custa do público, por quem ele nunca escreveu e por quem e me tenho proposto escrever, enquanto houver alguma probabilidade de o fazer de uma maneira constitucional e vantajosa para todos.⁶²

Assim como *Malagueta*, *Revérbero Constitucional Fluminense* e *O Espelho*, muitos outros periódicos brasileiros existentes no momento se envolveram em discussões com outros redatores. Brigas e ataques entre eles eram normais uma vez que muitas vezes defendiam idéias completamente opostas. Era um período onde os nervos se encontravam “a flor da pele” e a luta pela conquista de um sonho estava no sangue de cada um. Era necessário despertar paixões e defender-se até as últimas conseqüências.

Por mais incrível que isso possa aparecer, o momento da concretização do sonho da independência, no dia 07 de setembro de 1822, foi muito pouco divulgado e comemorado pela imprensa nacional. Tal situação pode ser explicada pelo fato de todo

⁶¹ O ESPELHO apud LUSTOSA, Insultos...,op.cit, p. 165.

⁶² MALAGUETA apud LUSTOSA, Insultos...,op. cit, p.169.

processo em si, iniciado a partir da partida do rei D.João VI, já era um sinal da independência no Brasil. Já em agosto de 1822, foi enviado a diversas nações um manifesto afirmativo da autonomia e das disposições do governo brasileiro, o que de fato declarou a nossa independência. Talvez esse seja o principal motivo do grito do Ipiranga ter sido apenas posteriormente considerado o momento-chave da Independência. A seguir será explicado com mais detalhes o que de fato culminou na liberdade brasileira.

No dia 14 de agosto de 1822, D.Pedro, juntamente com uma comitiva, partiu para São Paulo com o intuito de acalmar os ânimos que andavam agitados na província. Certamente, o príncipe-regente não se intrometeria nessa questão se não fosse o fato de o principal prejudicado pelo movimento que vinha acontecendo na cidade fosse o irmão de seu principal aliado José Bonifácio.

A movimentação havia se iniciado a partir de uma divisão política dentro da junta que governava São Paulo. O governador João Carlos Augusto Oyenhausen juntamente com o juiz de fora José da Costa Carvalho e Francisco Inácio de Sousa Queirós tomaram partido contra Martim Francisco, irmão de José Bonifácio, e Manuel Rodrigues Jordão. Ao saber dessa situação, D.Pedro I convocou o governador de São Paulo a comparecer ao Rio de Janeiro. Diante de tal ordem, os adversários de Martim Francisco consideraram uma entrega de poder aos Andrada, e por isso, com tropas de seu comando, depuseram o irmão de José Bonifácio e o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão.

Diante da queda de seus partidários, D.Pedro I encarou a situação como uma forma de desafio à sua autoridade, e nomeou Martim Francisco a ministro da Fazenda. Com o objetivo de acalmar os ânimos na província paulista, D.Pedro I nomeou D.Leopoldina a regente provisória e partiu para São Paulo.

Durante sua viagem, o príncipe-regente foi sempre homenageado, sendo em São Paulo recebido com grande solenidade no dia 25 de agosto de 1822. No dia 7 de setembro do mesmo ano, às 4 horas da tarde, quando retornava para casa, D.Pedro se encontrou com o correio da Corte, Paulo Bregaro, na colina do Ipiranga. O correio que a mando da princesa, foi a busca do príncipe, levava diversas cartas implorando sua volta, sendo uma delas de D.Leopoldina

É preciso que voltes com a maior brevidade; esteja persuadido, que não só o amor, amizade que me faz desejar, mais que nunca, a sua ponta presença, muita energia e rigor, para salva-lo da ruína. As notícias de Lisboa são péssimas.⁶³

Juntamente com as cartas, foi enviado a D.Pedro I as novas revoluções da Corte que determinavam

que o príncipe deveria permanecer aqui até a publicação da Constituição que se fazia lá: davam os nomes dos secretários de Estado que haviam sido nomeados pelo rei para servir junto ao príncipe; determinavam que fossem eleitas e instaladas juntas governativas nas províncias onde ainda não existissem e que fossem investigadas as causas que haviam impedido os deputados de Minas de seguirem para Lisboa. Por meio delas também ficava anulado o decreto de D.Pedro de 16 de fevereiro, convocando procuradores para as províncias do Brasil. Mandavam as Cortes verificar a responsabilidade do ministério do Rio de Janeiro, não só por aquele decreto, mas também por outros atos de sua administração considerados subversivos. Ordenavam, finalmente, que fossem processados os elementos da junta de São Paulo signatários da “Representação” de 24 de dezembro.⁶⁴

Aproximadamente 38 pessoas faziam parte da comitiva que acompanhava o príncipe regente e que, portanto, presenciaram o momento auge da independência brasileira. As cartas e os ofícios foram lidos em voz alta por padre Belchior que também narrou, como será mostrado em trechos a seguir, todas as reações de D.Pedro I..

Depois de ouvi-los, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, abotoando-se e compondo a fardeta, pois vinha de quebrar o corpo à margem do riacho do Ipiranga, agoniado por uma disenteria, com dores, que apanhara em Santos, virou-se para mim e disse: “E agora, Padre Belchior?”. E Eu respondi prontamente: “Se V.A. não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserddado por elas. Não há outro caminho senão a Independência e a separação”.⁶⁵

Padre Belquior, eles o querem =, terão sua conta. As Cortes me perseguiram, chamam-me com desprezo de Rapazinho e de Brasileiro. Pois verão agora quanto vale um Rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do

⁶³ D.Leopoldina apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 239.

⁶⁴ LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.238

⁶⁵ Padre Belchior apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit , p. 240.

governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal!⁶⁶

Diante de sua guarda, disse então o príncipe: “Amigos, as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais”. E, arrancando o chapéu o laço azul e branco, decretado pelas Cortes, como símbolo da nação portuguesa, atirou-o ao chão, dizendo: “Laço fora, soldados. Viva a Independência, a liberdade e a separação do Brasil!” Respondemos com um viva ao Brasil independente e separado e um viva a D.Pedro!⁶⁷

Após o acontecimento às margens do Ipiranga, a guarda de D.Pedro I, a caminho do Rio, ia anunciando por onde passava a independência do Brasil.

No dia 14 de setembro de 1822, D.Pedro I chegou ao Rio de Janeiro, e marcou as solenidades de aclamação para o dia 12 de outubro, quando também se comemorava seu aniversário.

A proclamação da Independência brasileira estimulou no povo do Brasil a exacerbação dos sentimentos cívicos. O *Correio do Rio de Janeiro*, por exemplo, publicou no dia 10 de outubro um decreto do príncipe definindo as cores da bandeira brasileira: verde da casa de Bragança e amarelo da casa de Lorena, a que pertencia a imperatriz.

O nacionalismo crescente passou por diversos jornais, sendo um deles o *Volantim*, que no dia 30 de outubro publicou um poema de estilo popular, saudando de forma bastante emocionada o mais novo imperador e a Constituição. O trecho do poema a seguir reflete muito bem o clima que se instaurou no Brasil após a tão esperada Independência.

Mais vale antes que nunca,
É bem o antigo refrão.
Por outro, não menos velho,
Tardou, mas arrecadou
a nossa Constituição.
Tudo o nosso nome canta,
Respira tudo prazer
Te minha rouca garganta,
Afeita sempre a gemar.
Hoje, alegre, a voz levanta⁶⁸

⁶⁶ D.Pedro I apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.240.

⁶⁷ Padre Belchior apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p.240.

⁶⁸ Volantim apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit, p. 243.

5. Estudo de Caso

5.1. *Revérbero Constitucional Fluminense*

No dia 15 de setembro de 1821, começou a ser publicado, no Rio de Janeiro, o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*. Este se tornou o primeiro jornal independente do Rio de Janeiro, uma vez que não era de forma alguma, ligado ao governo como os demais jornais de até então. Seus principais redatores eram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa.

O jornal foi impresso, inicialmente, na oficina de Moreira e Garcez, sendo posteriormente rodado na Tipografia Nacional. Circulou pelo Rio de Janeiro de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, passando de quinzenal a semanal em janeiro de 1822.

O *Revérbero Constitucional Fluminense*, apresentou 48 números ordinários e três extraordinários. Apresentava, em geral, aproximadamente 12 páginas em formato in 4º. E, de acordo com seu número de páginas, era vendido a 120, 140 ou 160 réis.

5.1.1. *Aspecto físico*

Como foi dito anteriormente, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, era apresentado em formato in quatro e continha aproximadamente 12 páginas. Todo fascículo do jornal levava a seguinte epígrafe: “Redire sit nefas.” de Horat. Liv. V. Od. II.

Na capa do jornal colocava-se, no topo à esquerda, o número do fascículo. Mais abaixo, de forma centralizada, colocava-se o nome do jornal e a data referente a este em caixa alta. A epígrafe também era centralizada, porém escrita de forma normal. No restante da capa, começava a matéria principal.

Pode-se dizer que o jornal apresenta uma diagramação pesada, uma vez que não apresenta colunas e suas matérias são de grande extensão. Muitas vezes as matérias eram muito extensas, não apresentavam títulos e tinham parágrafos muito longos que dificultam uma leitura clara. Outra característica do jornal é o uso constante da mesma fonte no mesmo corpo, apenas variando se era escrita em caixa alta ou baixa.

O *Revérbero Constitucional Fluminense* era em geral dividido em três seções: matéria de capa, com assuntos variados; Reflexões, onde geralmente eram discutidas as questões da independência; e Correspondência, em geral, anônima também com assuntos diversos.

Muito interessante também é o caráter de continuidade que se dava ao jornal. As páginas, apresentadas entre parênteses, seguiam a numeração das páginas das edições anteriores do jornal. Seguiam esse mesmo caráter as matérias, as reflexões e as correspondências que em caso de necessidade se estendiam por inúmeros fascículos, sempre levando ao final delas a seguinte frase entre parêntese: (CONTINUAR SE-HÁ).

Na última página do jornal, na parte inferior à direita, era indicado a gráfica onde havia sido impressa a edição.

5.1.2. Posição Política

O *Revérbero Constitucional Fluminense* foi o primeiro jornal independente do Brasil. Não aliado ao governo brasileiro foi o primeiro a defender por escrito as idéias preconizadas na Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

O jornal era escrito com uma linguagem culta, porém com o uso de uma retórica exagerada, que misturava o estilo sacro de Padre Januário da Cunha Barbosa com os inúmeros chavões da época. Seu estilo grandioso aliado a uma linguagem bastante verbosa e doutrinária contribuiu para aumentar a importância deste no período, bem como para o sucesso da causa que defendia.

Inicialmente, exaltava a Revolução do Porto e festejava a possível liberdade que o Brasil conquistaria através desta. Almejava um governo liberal e permanente que seria regulado por meio de leis fixas.

Obtivemos de vós tudo quanto desejávamos e em vós tudo confiamos, porque uma parte da nação livre não há de querer escravizar a outra (...) se a metade de uma família quiser tudo para si e não quiser repartir nada com a outra, apesar de todos os seus laços de educação e de sangue, a desunião e a guerra entrarão entre elas, e a separação e a inimizade serão inevitáveis.⁶⁹

⁶⁹ REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE apud SODRÉ, op. cit, p. 54

Em um segundo momento, diante das medidas tomadas pela Corte de Lisboa, passou a se colocar contra a Revolução do Porto, defendendo abertamente a liberdade de imprensa e os interesses do Brasil, sem, ainda, defender a idéia de independência. Durante esse período lutou pela permanência de D.Pedro I, estimulando no povo brasileiro a vingança contra a Divisão Auxiliadora, como já mencionado nos capítulos anteriores, apoiou às movimentações no período do Fico e denunciou os interesses da Corte.

Partiu dos redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* a representação que convocaria os membros do Conselho dos Procuradores, primeira forma de delegação eleitoral do Brasil que defenderia os interesses brasileiros e proporia projetos favoráveis ao país.

Entretanto, o fato político que conferiu maior importância ao jornal maçônico foi o apoio à instalação de uma Assembléia Constituinte e Legislativa no Brasil, idéia levantada por outro também importante jornalista do período, João Soares Lisboa. O *Revérbero* publicou, no dia 18 de maio, um número extraordinário que defendia a idéia de uma Assembléia, posteriormente convocada por D.Pedro I, com grande entusiasmo e vigor.

No dia 20 de agosto, durante reunião na maçonaria, Gonçalves Ledo, um dos redatores do jornal, finalmente propôs a proclamação da independência brasileira. Com proposta aprovada por unanimidade, tratou-se de conquistar apoio à causa nas demais províncias brasileiras.

Tal situação torna bastante curioso o fato de nas edições posteriores do *Revérbero Constitucional Fluminense* não ter sido nem mesmo citado a proclamação da independência de fato às margens do Ipiranga no dia 07 de setembro. Acredita-se que essa “falha jornalística” tenha se dado pelo pensamento dos seus redatores de que o país já era considerado independente.

No dia 17 de outubro de 1822 já não houve a circulação do *Revérbero Constitucional Fluminense*. Foi através do *Correio do Rio de Janeiro* que se publicou um comunicado dos redatores ao seu público leitor, informando que:

Empreendido só para o fim de proclamar a Independência de seu país, nada mais lhe resta a desejar, uma vez que ele (o país) vai ter

uma Assembléia Constituinte e Legislativa, que já tem um imperador da sua escolha livre, que é Nação, que é livre.⁷⁰

5.2. *A Malagueta*

O último jornal a surgir no Rio de Janeiro no ano de 1821 foi *A Malagueta*. Tendo sua primeira publicação no dia 18 de dezembro, esse jornal é um dos que mais reflete a imprensa da época. Com uma linguagem extremamente virulenta e parcial, o periódico expressava de forma clara o estilo e a personalidade de seu único redator e fundador: Luís Augusto May. Tal característica fez com que o jornalista passasse a ser conhecido a partir de então como “o Malagueta”.

É praticamente impossível falar do jornal *A Malagueta* sem antes ao menos citar um pouco da vida de seu inusitado redator. Nascido em Lisboa em 1872, Luís Augusto May seguiu por muitos anos a carreira de militar. Estudou em Coimbra e fez parte, juntamente com José Bonifácio, do Batalhão Acadêmico, durante a ocupação francesa. Pessoa muito falante e que tinha o hábito de passar informações, muitas vezes meras fofocas, criou muitas inimizades, principalmente com o conde Funchal, embaixador português na Inglaterra.

Estabelecendo boas relações com Hipólito da Costa, Luís Augusto May foi o primeiro jornalista brasileiro a ter seu jornal comentado de forma bastante favorável no *Correio Braziliense*.

Em 1810, chegou ao Brasil, para trabalhar como intérprete dos trabalhadores suecos da fábrica de ferro de São João de Ipanema, em São Paulo. Entretanto, como adorava um cargo público, tentou durante muito tempo conquistar novamente o direito de promoção em cargos militares, apesar de ter se tornado funcionário civil. Depois de muitos pedidos e de uma quantidade enorme de cartas, o governo com o intuito de contentá-lo concede-lhe o hábito da Ordem de Cristo.

Durante o período conturbado que antecedeu a independência do Brasil, Luís Augusto May, sentiu-se sem padrinhos em um momento em que seu cargo apresentava-se ameaçado pelas medidas da Corte portuguesa. Por esse motivo, entrou para campo da imprensa em 18 de dezembro de 1821.

5.2.1. *Aspecto físico*

⁷⁰ CORREIO DO RIO DE JANEIRO apud SODRÉ, op. cit, p. 57.

A Malagueta, inicialmente, teve sua impressão viabilizada graças ao patrocínio de um comerciante português chamado Manuel Joaquim Barbosa, que doara o material tipográfico. Entretanto, pouco tempo depois, passou a ser impresso na tipografia de Moreira e Garcez.

Apesar de usar uma linguagem um pouco mais informal, Luís Augusto May, homem culto e conhecedor dos ideais iluministas, apresentava um estilo bastante pesado de escrita: utilizava parágrafos enormes que dificultam a leitura, e se valia de temáticas políticas complexas, procurando intervir no debate político e propondo medidas constitucionais.

O jornal que, em geral, apresentava quatro páginas, era impresso em formato in oitavo e utilizava sempre a mesma fonte, apenas variando o tamanho do corpo e o uso de caixa alta ou não.

Na capa do *A Malagueta* encontrava-se no canto esquerdo superior o número do fascículo. Abaixo, porém de forma centralizada, encontrava-se a data referente a edição, o nome do jornal, em caixa alta, e a seguinte epígrafe extraída de Jean-Jacques Rousseau: “Quando se diz acerca dos negócios do Estado: Que me importa? Deve-se contar que o Estado está perdido”.

Geralmente cada edição do jornal apresentava apenas um único e longo artigo de Luís Augusto May sobre as questões da independência, escrito em primeira pessoa e, quase sempre, sob a forma de carta ao príncipe-regente. Tentava através desse estilo, convencer D. Pedro I de suas idéias, porém muitas vezes não obteve sucesso.

O artigo do jornal, dividido em duas colunas por página, começava já na capa e se estendia pelas demais. As páginas do *A Malagueta*, representadas entre colchetes, eram continuadas das edições anteriores.

5.2.2. Posição Política

Pode-se dizer que o jornal *A Malagueta* causou grande repercussão entre seus contemporâneos. Tal situação é explicada pelo fato de que a publicação deste mostrava um ato de profunda coragem de um cidadão comum, que expunha suas idéias através de um estilo forte e audacioso, em um momento onde todos os demais jornais escreviam

sob respaldo do governo ou, no caso do *Revérbero Constitucional Fluminense*, da grande influência da loja maçônica.

O jornal de Luís Augusto May logo se tornou o jornal mais popular da corte, chegando a apresentar quinhentos assinantes no Rio de Janeiro.

Muitas eram as características do *A Malagueta* que irritavam seus adversários. Uma delas era o caráter pedagógico pelo qual o redator se dirigia ao príncipe e a opinião pública. Como será exposto abaixo o próprio Luís Augusto May assumia essa atitude.

Não faltará nesta Corte quem se conspira contra o ar de pedagogo de que eu me servia, para pregar aos ministros e, decerto, se o ex-ministro Vieira pudesse servir de exemplo, tínhamos um 2º tomo à supressão da Heroicidade Brasileira.⁷¹

Outras características que muito desagradavam os adversários de Luís Augusto May era o estilo “cheio de circunlóquios, de observações de duplo sentido, de falsa subserviência”.⁷² Entretanto, a principal delas eram seus ataques velados, onde primeiramente elogiava as qualidades pessoais do inimigo para depois criticá-lo fortemente.

Jornal de caráter liberal, porém sem uma posição política claramente definida, dizia “não ser constitucional por contrato, nem corcunda por inclinação, nem republicano, e alegava ter sido educado à sombra da Magna Carta e do Bill dos Direitos do Homem.”⁷³

Sempre polêmico, chegou a brigar com *Revérbero Constitucional Fluminense*, pela primazia de conclamar o povo a reagir as medidas da Corte portuguesa contra o Brasil. Debateu também duramente contra *O Espelho* que acusava os jornais de paralisia diante das conquistas do Fico.

Como já dito anteriormente, apresentou durante seu tempo de duração papéis contraditórios. Defendia um projeto liberal, e criticava o governo sendo que ao mesmo tempo era seu mais constante bajulador.

Durante maior parte do processo da independência, Luís Augusto May esteve ao lado dos demais jornais liberais, chegando mesmo a estimular a “Representação do

⁷¹ LUÍS AUGUSTO MAY apud LUSTOSA, Insultos..., op.cit , p.160.

⁷² LUSTOSA, Insultos..., op.cit , p.161.

⁷³ Idem, p.160

povo do Rio de Janeiro” e quase assina-la. Entretanto, no dia 31 de julho de 1822, *A Malagueta* promoveu um racha no movimento popular através da sua edição extraordinária número 1. De forma inacreditável, se voltou contra os antigos companheiros, atacando principalmente João Soares Lisboa, e negando qualquer relação com a Representação.

Ainda nessa edição extraordinária, afirmou que teria sugerido uma Assembléia primária para o Brasil, mas nunca uma Assembléia Constitucional e Legislativa de fato, contrariando sua posição na briga contra o *Revérbero Constitucional Fluminense* como já mencionado. Critica João Soares Lisboa, utilizando como argumento a inferioridade social e cultural do jornalista, e tenta alertar ao público leitor quanto a intenção do redator do *Correio do Rio de Janeiro* de tentar confundir o povo em relação as questões levantadas em torno da Assembléia. Faz ainda inúmeros elogios ao príncipe, tentando enaltecer suas medidas para o Brasil.

Acredita-se que tal atitude de Luís Augusto May foi motivada pelo boato de que D. Pedro I era contrário a criação de uma Assembléia Constituinte, bem como a promessa de José Bonifácio de conseguir para o jornalista uma comissão no exterior.

No dia 7 de junho de 1822, Luís Augusto May suspende a publicação do *A Malagueta* avisando aos seus leitores através do *Correio do Rio de Janeiro* que assim o fazia por conta de “motivo de serviço nacional” uma vez que havia sido convidado a assumir um cargo de agente diplomático em Londres, aproveitando para se enaltecer dizendo que o convite era fruto de uma opinião favorável a ele.

5.3. *Correio do Rio de Janeiro*

O *Correio do Rio de Janeiro*, fundado e redigido por João Soares Lisboa, surgiu no dia 10 de abril de 1822 e logo deixou claro sua grande combatividade com relação às questões da independência.

Circulou em duas fases, sendo a primeira delas encerrada no dia 21 de outubro de 1822, logo após a independência, quando impresso na Tipografia de Silva Porto & Cia, e por último de 1 de agosto de 1823 a novembro do mesmo ano. Durante o intervalo entre uma fase e outra foram publicados aproximadamente sete números com periodicidade irregular.

Assim como *A Malagueta*, as características do *Correio do Rio de Janeiro* também refletem bastante os pensamentos de seu redator. João Soares Lisboa já morava no Brasil há 23 anos quando lançou seu jornal, por isso se considerava mais brasileiro do que português. Ao contrário dos seus adversários com quem debatia, não apresentava curso superior e muitas vezes caía no vernáculo, sendo por isso muitas vezes criticado pelos iluministas.

João Soares Lisboa era um apaixonado pela causa que defendia. Como explica Isabel Lustosa⁷⁴

O tom do discurso era febril, direto e vibrante. Não fosse por isso ele poderia ser considerado, tal como José Bonifácio classificara Ledo e Januário, apenas um repetidor “dos mais cediços lugares-comuns da retórica de 1789” (...) Visionário, Lisboa não se detinha ante o perigo. Ia lançando bandeiras e colecionando inimigos, parecendo não se dar conta do quanto se tornava odiado.

Pode-se dizer que o redator do *Correio do Rio de Janeiro* exagerava em sua franqueza e paixão em relação às questões nacionais. Afirmava não ter o que esconder e escrevia com transparência, o que muitas vezes lhe causou problemas. Apresentava grande coerência em seus pensamentos e se mostrou um grande herói na independência, tentando orientar a opinião brasileira em um momento em um momento em que muitos mudaram de lado ou recuaram na disputa. Nelson Werneck Sodré afirma que:

Mas por isso mesmo é que a lucidez da visão de Soares Lisboa, a sua clareza na orientação, a sua firmeza de conduta e a sua coerência no processo é surpreendente e lhe dá a marca de grandeza até agora omitida. Não era ele homem culto, pelo menos não recebera a formação sistemática que marcava as pessoas cultas do seu tempo – não passara pelos bancos de Coimbra, por exemplo. Ao que indagava, não sem espírito: “mas quantos estúpidos foram a Lisboa e voltaram da mesma forma, senão piores?”⁷⁵

⁷⁴ Idem, p. 180 e 181

⁷⁵ SODRÉ, op. cit, p.70

5.3.1. Aspecto físico

O *Correio do Rio de Janeiro* era impresso em formato in oitavo. Apresentava, em geral, quatro páginas e custava entre 80 e 120 réis, dependendo da publicação. Diante dos jornais da época, percebia-se nitidamente seu caráter mais popular. Apresentava letras maiores, linguagem mais clara e menos rebuscada e parágrafos mais curtos.

No canto esquerdo superior da capa, indicava-se o número da edição. Diferentemente dos demais jornais analisados, apresentava no canto superior à direita também da capa, o preço do jornal que variava como já explicado acima. Abaixo encontrava-se o nome do jornal, a data referente a edição e a seguinte epígrafe extraída de Filinto Elysio: “Neste limpo terreno virá assentar seu throno a san Philosophia mal accetta.”

O jornal era todo dividido em duas colunas e a matéria principal já começava na primeira página e com o uso de capitular. As letras utilizadas tinham sempre a mesma fonte, tendo como variação se era utilizada em caixa alta ou baixa, itálico ou normal, e no tamanho do corpo. As páginas são continuadas das edições anteriores, bem como algumas de suas matérias que tinham como temática principal a questão da independência.

As seções do jornal variam de acordo com as intenções do redator, tendo apenas como fixa a seção da correspondência. Logo em seu primeiro número, João Soares Lisboa se propôs a publicar toda correspondência recebida desde que nestas não apresentassem sarcasmos infundados. Como não contava com a ajuda de colaboradores, lamentava a falta de correspondência para seu jornal, em um lugar onde havia tantos sábios e ilustres que poderiam utilizar seu jornal para esclarecer ao público suas idéias.

Na última página do jornal apresentava-se o nome da tipografia ao qual foi impresso.

5.3.2. Posição Política

Assim que lançado o *Correio do Rio de Janeiro* logo se revelou o jornal mais radical do Rio de Janeiro. João Soares Lisboa procurava através deste democratizar os

acontecimentos no período que antecedeu a independência, tentando mostrar ao povo sua importância.

Questionou logo de início a criação do Conselho dos Procuradores com o intuito de criar para o Brasil uma espécie de legislativo. Foi o primeiro a pedir uma Assembléia Constituinte para o Brasil, tendo idéia de fazer uma representação do povo do Rio de Janeiro, conseguindo logo cinco mil assinaturas, que teoricamente decidiriam como seria a escolha dos participantes da Assembléia.

Tentou conquistar o compromisso do príncipe com a Constituição e, por isso, sofreu inúmeros processos quando este hesitou em convocá-la e o redator sem demoras o pressionou. Procurou defender-se de todas as acusações e contou constantemente com o apoio popular. Buscou constantemente esclarecer o povo da importância de se convocar uma constituinte.

Concidadãos, a nossa liberdade está em jogo, nosso risco é iminente, o remédio deve ser pronto e legal. Temos o mais legítimo de todos os legítimos poderes executivos, na pessoa do nosso Regente; não podemos dispensar-nos de ter o legislativo. Só gozando os meus direitos e liberdade que gozam nossos irmãos de Portugal podemos conservar com eles a união. Só assim seremos como eles felizes. Seja uma voz de todos e representemos ao nosso Regente que queremos, porque precisamos, já já e já, Cortes, Cortes, Cortes.⁷⁶

Como criticava com muita veemência as medidas oriundas da Corte, muitas vezes o *Correio do Rio de Janeiro* teve que se defender das acusações de ser absolutista. Procurava respaldar-se no *Correio Braziliense*, mostrando que era um jornal imparcial, não ligado a partidos políticos, e a favor da liberdade e da boa ordem. Argumentava que o fato de não ser a favor do regime em questão, não significava em hipótese alguma uma concordância com o antigo regime.

Como já mencionado no capítulo anterior, o *Correio do Rio de Janeiro* também exerceu papel fundamental na eleição para a Constituinte. Percebendo o desânimo e o descrédito do povo diante desta, preocupou-se em estimular os brasileiros a votar deixando claro sua importância para o futuro do país. Tais situações só podem deixar

⁷⁶ Idem e Ibidem

claro a real importância tão pouco valorizada de João Soares Lisboa para o contexto da independência do Brasil.

6. Conclusão

Durante todo esse trabalho, foi apresentada a influência da recém criada imprensa nacional nos processos que culminaram na independência do Brasil no dia 07 de setembro de 1822. Mostrou-se como a imprensa surgiu, se desenvolveu e se fortaleceu, sendo capaz de participar ativamente nos processos políticos do país. Procurou-se todo o tempo não dissociar o contexto histórico das questões da imprensa nacional, por considerar impossível fazê-lo, uma vez que estes andaram praticamente de mãos dadas.

É bastante interessante perceber como os primórdios da imprensa já mostram claramente a força que esta teria posteriormente. Pois se, logo no seu início, quando ainda era apenas um laboratório, foi capaz de obter tanta importância no contexto de um país em que a maioria era analfabeta e escrava, nos dias de hoje então é praticamente impossível dimensionar seu papel.

Obviamente a pesquisa sobre a influência política da imprensa no processo de independência do Brasil não está concluída. Muitos pontos poderiam ter sido mais aprofundados, como a questão da opinião pública, e muitos outros jornais influentes poderiam ter sido analisados. Entretanto, essas questões requereriam um tempo maior de estudo e maior acesso aos jornais da época. Como já mencionado na introdução, a pesquisa realizada para esse trabalho ficou prejudicada devido a greve da Biblioteca Nacional, o que dificultou o acesso as fontes primárias.

Uma questão que poderia servir como uma nova perspectiva de pesquisa relacionada ao tema seria um estudo mais detalhado sobre o redator do *Correio do Rio de Janeiro*, João Soares Lisboa. Grande foi a participação e a influência desse jornalista apaixonado pela causa nacional na independência. No entanto, muito pouco é dito e conferido a João Soares Lisboa. Muitos pesquisadores do assunto prendem-se a jornalistas que se tornaram mais conhecidos pelo seu estilo irreverente do que pela sua influência na política. Mas quem sabe esse não será um tema para uma próxima pesquisa.

Apesar das dificuldades apresentadas, o projeto se conclui com a intenção de ter alcançado pelo menos parte das pretensões almejadas, de mostrar a influência e a importância que a imprensa brasileira tem desde a sua fundação nas questões que dizem respeito ao povo brasileiro e ao Brasil como um todo.

Referência Bibliográfica

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, 16 de março de 1822, nº. 10.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Serviço de documentação, 1964.

BARROS e MOREL, Mariana Monteiro de Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.

CÁCERES, Florival. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1943.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1822, nº. 4.

DORIGO e VICENTINO, Gianpaolo: Cláudio. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários: Pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *João Soares Lisboa, jornalista do Império*. Net, Paraná. Seção Observatório da Imprensa. Disponível em:
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mt201298.htm#inicio> . Acesso em: 17 abril. 2005.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *Primeiros anos, os anos radicais*. Net, Rio de Janeiro, julho. 2003. Seção Observatório da Imprensa. Disponível em:

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al010720032.htm> . Acesso em: 17 abril. 2005.

MELO, José Marques. *Incursões Pioneiras de Hipólito da Costa no Mundo da Imprensa*. Net, São Paulo, abril. 2001. Seção Rede Alçar. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/josemarques.htm> . Acesso em: 16 abril. 2005.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira Das. *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro. Revam: FAPERJ, 2003

REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1822, nº. XXVI.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.